



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO IX — N.º 94 — SÃO PAULO, MAIO DE 1965 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2

DELGADO ASSASSINADO PELA PIDE

No momento em que estavamos prestes a fechar esta edição de «Portugal Democrático» chegou ao Brasil, através das agências telegráficas internacionais, a notícia da morte

do general Humberto Delgado e de sua secretária Arajari Campos. Não dispondo ainda de informações dos nossos correspondentes vemo-nos forçados a publicar apenas um resumo do noticiário vindo a lume na imprensa brasileira no dia que se seguiu à descoberta dos cadáveres, em Villanueva del Fresno. Embora a polícia espanhola tenha impedido o acesso ao local de jornalistas estrangeiros, uma evidência se impõe desde já: Humberto Delgado e sua secretária foram assassinados pela PIDE à ordem de Salazar e com a colaboração do ditador Franco.

MUTILAÇÕES

BADAJOS (F. P., UPI, REUTERS «Folha de São Paulo» e «Última Hora») — Atrozoamente mutilados, os cadáveres do general Humberto Delgado líder anti-salazarista, e de sua secretária brasileira, Arajari Campos, foram sepultados, ontem à noite, no cemitério de Villanueva Del Fresno. A polícia espanhola isolava o campo em que foram encontrados os corpos. Quando os habitantes do lugarejo, cravaram seus olhos nos televisores viram a retransmissão das touradas de Sevilha.

As dúvidas que pudessem pairar acerca da identidade dos despojos encontrados perto da fronteira portuguesa parecem dissipar-se completamente: no dedo anular esquerdo do cadáver masculino, cuja idade e

descrição geral correspondem às de Delgado figurava um anel de ouro com as iniciais H. D. e o achado de um terceiro corpo não parece complicar o caso, já que ocorreu no dia 29, cinco dias antes do dos outros dois, e a vários quilômetros de distancia. Muito provavelmente se trata, pois, de caso diferente.

ESTRANGULADA

Apesar de a polícia espanhola ter vedado à imprensa o acesso aos dois lugares citados, informações de boa fonte dão conta de toda uma série de detalhes. Ferimentos: o cadáver do general apresenta um, muito profundo, na região occipital, ferimento que bastaria para causar a morte instantânea. Arajari Campos, contudo, deve ter sido golpeada varias vezes, também na cabeça, e possivelmente estrangulada, já que há sinais em torno de seu pescoço.

Quanto à roupa, o corpo masculino tinha calças escuras e calçava sapatos de excelente qualidade. Há uma faixa de lã em torno de seu abdome, e, num dos sapatos, palmilha ortopédica.

Outros detalhes novos se referem à descoberta das duas vítimas: dois rapazes — José Feijó Almeida, de 13 anos, e José Felipe Portas, de 15 — iam com seu cão à caça de passaros, quando encontraram um

amontoado de pedras no lugar chamado La Alameda. O cão começou a farejar entre as pedras, e, num dado momento, avistaram uma cabeça humana. Os rapazes não demoraram em sair correndo em busca de seus pais, Ramon Feijó, e José Portas, agricultor e guarda-florestal respectivamente. Estes dois, uma vez comprovada a veracidade do que seus filhos lhes contavam, correram, por seu turno, à Guarda Civil. Os dois guardas em serviço estavam naquele momento a 500 metros do local macabro.

ANTECEDENTES

Novas comprovações, a cargo dos guardas: A cabeça vista pelos rapazes era a da mulher. O corpo tinha arrancados o braço e a perna esquerda. O cadáver de Delgado jazia a oitenta metros de distancia, também com um braço arrancado.

Um camponês de Villanueva Del Fresno prestou declaração perante o juiz que veio de Olivença, cabeça de distrito, para iniciar as diligências judiciais. Segundo o camponês que passou uma vez por «La Alameda» em fins de janeiro, havia então dois carros estacionados no lugar exato do achado dos corpos. Ao volante de um dos carros, um homem, e outro fora, em atitude de esperar um terceiro.

A polícia espanhola investiga. Chegaram de Madri elementos da BIC (Brigada de Investigação Criminal). Parece que vários dedos de Delgado e sua secretária já estão na capital, nos laboratórios da polícia. E diz-se que hoje chegarão a Villanueva Del Fresno o presidente do Supremo Tribunal, José Castan, e o procurador do Estado.

Iva Delgado, esposa do ex-general Humberto Delgado declarou que poria todo o seu empenho em trasladar os restos mortais de seu marido para Portugal para que sejam inhumados. Acrescenta-se que Iva Delgado recebia regularmente, pelo correio, notícias de seu marido, mas que desde meados de fevereiro cessou de recebê-las.

EM PORTUGAL

LISBOA (F. P.) — A notícia procedente da Espanha, segundo a qual os cadáveres de Humberto Delgado e de sua secretária foram encontrados em Villanueva del Fresno, vai sendo divulgada em Portugal através das emissoras de rádio estrangeiras e dos inevitáveis rumores transmitidos por informantes. A imprensa, porém, nada publicou até agora sobre o caso.

Em Lisboa, altas fontes governamentais disseram que se os cadáveres são de Delgado e sua secretária, «o governo português nada tem a ver com sua morte».

A UDP RESPONSABILIZA SALAZAR E FRANCO

Logo que tomaram conhecimento do assassinio do general Humberto Delgado, os democratas por-



UM GRANDE PATRIOTA

O povo português foi surpreendido nas vésperas do 1.º de Maio pela notícia da morte do general Humberto Delgado. No momento em que redigimos estas linhas são ainda mal conhecidas as circunstâncias em que o ex-candidato das forças democráticas à Presidência da República marchou ao encontro do fim que o fascismo português lhe havia preparado. Ignora-se inclusive o dia e o local em que o abateram. Uma certeza se gravou, entretanto, desde já no espírito de milhões de portugueses: o general foi assassinado pela PIDE em colaboração com a polícia franquista.

Humberto Delgado era um grande patriota. Personalidade extremamente complexa, soube, em horas decisivas para o nosso povo, vencer-se a si próprio e surgir perante o País, nos dias já históricos da campanha de 58, como o porta voz da revolta e da ansia de liberdade de 9 milhões de portugueses. Mais tarde, trilhando os caminhos dolorosos do exílio, não lhe foi fácil manter-se sempre no alto plano a que os acontecimentos o haviam guindado, como símbolo da luta heróica do povo. O seu temperamento e a sua formação atraçavam-no por vezes. Mas é de estrita justiça reconhecer que mesmo quando se afastou do terreno da unidade para seguir os seus impulsos, nunca Humberto Delgado deixou de fazê-lo animado de uma convicção profunda de que estava certo e de que as suas ideias eram as que melhor serviam à causa do povo português. Era a própria e obsecante consciencia que tinha da missão de que se sentia investido que o impelia por vezes a assumir atitudes individualistas e como tal negativas. Queria chegar depressa, derrubar o fascismo imediatamente, como se o simples esforço da sua vontade bastasse para tanto. Daí o caráter romântico e

profundamente idealista de algumas das suas iniciativas e tomadas de posição. Acreditava que o heroísmo tudo resolvia e que a História se fazia a golpes de coragem, dessa coragem que possuía como poucos. A ilusão não lhe trouxe apenas dissabores e atritos: levou-o ao encontro da morte.

Esforça-se agora a propaganda salazarista por chamar a atenção para as divergências que ultimamente haviam surgido entre o general e a oposição unificada, construindo hipóteses mirabolantes em torno do assunto. Repelindo com desprezo todas essas vis insinuações, «Portugal Democrático» faz questão de lembrar que nunca a FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL fechou as portas do diálogo com o general Humberto Delgado. O covarde assassinio que a PIDE acaba de cometer veio aliás confirmar, embora do modo mais dramático, que a FPLN estava certa. Só por si, o heroísmo individual nada resolve. Nem a lição de Beja foi, contudo, suficiente para convencer o general dessa evidência.

Todos os que trabalham em «Portugal Democrático» conheceram bem Humberto Delgado e recordá-lo-ão com saudade. Como, aliás, todo o povo de Portugal. A lembrança maior que dêle fica é a do anti-fascista, a do anti-colonialista, a do patriota que morreu lutando pela liberdade.

Engana-se Salazar se pensa com este novo e monstruoso crime ter alcançado uma vitória. Ele representa, pelo contrário, uma tremenda derrota do fascismo como já o demonstram as primeiras e indignadas reações da opinião pública internacional e do povo português.

PORTUGAL
DEMOCRÁTICO

(Cont. na pág. 7)

Colonialismo e Anti-Colonialismo

GUINÉ

A medida que se processa a libertação de novas parcelas de território, o PAIGC, através de sua organização civil, por vezes coadjuvada pela organização militar, põe de pé novas estruturas económicas e procura realizar as condições necessárias à educação e à instrução das populações e à formação de quadros para a futura edificação do país. No capítulo da instrução, a organização nacionalista tem melhorado as raras escolas deixadas pelo regime colonial e criado dezenas de outras. De acordo com dados revelados pelo Dr. Vasco Cabral, chefe da delegação do PAIGC ao Seminário Económico de Solidariedade Afro-Asiática, realizado em fevereiro último, 2.000 alunos de menos de 15 anos frequentam atualmente as escolas existentes nas regiões libertadas, sendo também administrados cursos especiais de alfabetização para adultos. Em 1964 foram distribuídos 25.000 cadernos, 3.500 lápis e 2.250 canetas esferográficas aos alunos das escolas. Foram editados livros escolares para a 1.ª e 2.ª classes, adaptados às condições concretas do país e inspirados no pensamento libertador. Medidas visando a rápida eliminação do analfabetismo estão não apenas em estudo mas já prestes a serem levadas à prática. É oportuno lembrar a situação deixada pelo colonialismo: 99% da população é analfabeta.

No domínio da agricultura, o PAIGC tem orientado as populações para o objetivo de aumentar a produção de arroz, elemento básico da alimentação no país, tendo-se registrado sensível aumento na produção global e na produção por unidade de superfície trabalhada. Apesar dos bombardeamentos efetuados pela aviação colonialista, que têm resultado na diminuição do tempo de trabalho útil, as áreas de cultivo foram acrescidas de 3.000 novos hectares de terras desbravadas ao sul do rio Geba. De 25.000 toneladas em 1963 a produção passou para 30.000 toneladas em 1964, o que significa um aumento de 20%. Aumento do rendimento por hectare foi em geral de 5% a 15%.

mas atingiu em algumas zonas 30% além do rendimento normalmente atingido sob o regime colonial.

Nas zonas libertadas, a moeda colonial perdeu o valor e deixou de circular. O abastecimento das populações é feito pelo sistema de trocas diretas através da rede de "armazéns do povo" criada pelo PAIGC.

DESERÇÃO, MOLESTIA, VIGARICE E... MAIS TROPAS

— O capitão Verdão, enquadrado no exército colonialista, como acontece a muitos portugueses dignos apanhados na engrenagem hedionda montada pelo governo fascista, com a cumplicidade das oligarquias exploradoras, recusou-se a combater contra o povo guineense e desertou. Desconhece-se o seu paradeiro, supondo-se que se encontra em Portugal.

— Registra-se um surto de febre amarela entre os soldados portugueses em serviço na colónia, tendo-se dado, somente em janeiro e fevereiro, 20 casos mortais. A vacinação não tem produzido qualquer efeito. Outras doenças que atingem com percentagens elevadas os soldados portugueses: tuberculose, paludismo e tifo.

— Em meio desta situação, os serviços farmacêuticos de Bissau cometem fraudes com os medicamentos, de acordo com a melhor moral do regime salazarista.

— O navio "Timor" saiu de Lisboa em 11 de fevereiro com mais 700 soldados destinados à colónia.

ANGOLA

CARTA DUM SOLDADO

"...tenho tido muitos ataques no dia 15 fomos para uma operação de 7 dias lá ficou mais um colega meu com 25 meses de ultramar ia-se casar já pode ver levou um tiro no peito e outro na barriga nem soube do que morreu até faz perder a paciência para tudo não se pode sair daqui que não haja tiros isto cada vez está pior eles até atacam com flechas ou seja setas só se sente quando entram no cor-

po de um homem". (de carta de 24-11-64 subscrita por um jovem sem preocupações políticas).

BATALHAO 717

Esta unidade teve 49 mortos em combate no espaço de 3 meses, enquanto operava nas regiões subvagas no Norte. Em consequência disso foi considerada como inoperacional e enviada para o sul da colónia onde, por enquanto, a situação é militarmente calma.

MOÇAMBIQUE

Continuam a desenrolar-se combates entre destacamentos do exército colonialista e os grupos armados da FRELIMO, principalmente na província de Cabo Delgado, que confina com o território da Tanzânia. Mesmo na imprensa censurada da colónia já começam a ser noticiadas com regularidade parte das baixas sofridas pelas tropas portuguesas, por vezes ridiculamente atribuídas a "acidente com arma de fogo". No dia 6 de março um comboio militar composto de 3 viaturas sofreu um ataque 20 km. ao norte da povoação de Diaca, no qual os nacionalistas empregaram granadas de mão e metralhadoras. As perdas do lado colonialista foram avaliadas em 39 mortos e 2 feridos. Em 11 de março, outros 3 veículos foram alvo de uma emboscada na estrada entre Mueda e Mocimboa da Praia, sendo completamente destruídos e calculando-se em 20 os soldados portugueses mortos.

A estagnação económica e o agravamento das condições de vida na colónia continuam a acentuar-se, não obstante verificar-se uma retomada do surto de construção civil que dá aos colonos uma falsa ideia de prosperidade.

Pequenas Noticias

• O dr. Nuno Simões, que durante muitos anos foi uma personalidade em destaque no setor liberal da oposição portuguesa, vem assumindo ultimamente posições que representam a negação do seu passado. Os seus artigos no "Primeiro de Janeiro" sobre as relações económicas entre o Brasil e as Colónias Portuguesas merecem o repúdio total dos democratas portugueses deste País que os encaram como serviço prestado ao fascismo colonialista, cujas teses o autor parece agora perfilar.

• A Falange espanhola continua a agir como amante traída de Franco, o "Arriba", órgão do movimento, defende agora a necessidade da "legalização da oposição na Espanha". O Caudillo deveria abrir-lhe "um pequeno lugar" e que oposição, pergunta, nós?

• O semanário fascista "Agora" vem apoiando e enaltecendo a actividade dos grupos "Jovem Portugal" e "Acção Académica" cujos métodos terroristas e policiais mereceram o repúdio unânime dos universitários de Lisboa durante as últimas manifestações estudantis.

• Segundo o ultra Falcão Machado, do Corpo de Milícias e Voluntários de Angola (a OAS portuguesa), desenvolve-se em Sá da Bandeira "uma sistemática campanha contra todos os que desejam estreitar e acentuar os laços da nacionalidade e patriotismo que devem unir todos os portugueses. "A bom entendedor..."

• Apesar de ser um dos países do mundo com mais baixo consumo de carne per capita, Portugal continua a importar carne. A carência do produto é tal que o ministro das Finanças acaba de reduzir as taxas que dificultavam a importação.

• O "Vera Cruz", cuja construção num estaleiro belga está ligada a uma negociação escandalosa, que envolveu inclusive o nome do atual "presidente da República" val ser vendido. O luxuoso paquete, que deu ao País milhões de dólares de prejuízo, há quatro anos que vinha sendo utilizado como transporte militar...



Aspecto da manifestação de solidariedade ás mulheres portuguesas, realizado em Argel no dia 8 de março.

O Conselho Mundial da Paz condena Salazar

Durante uma reunião de representantes dos movimentos nacionais da Paz, realizada em Berlim, de 27 a 30 de Março p.p., e destinada a preparar o próximo Congresso Mundial da Paz, foram tomadas importantes resoluções referentes à situação política portuguesa e às ameaças que resultam para a paz da criminoso guerra desencadeada pelos colonialistas de Lisboa contra os povos de Angola, Moçambique e da Guiné.

Ao "presidente" da Republica, Americo Tomás, foi enviado telegrama do seguinte teor:

"Verificando que o Governo português iniciou uma guerra de genocídio em Moçambique, que prossegue o crime do colonialismo e da guerra contra a luta legítima dos povos africanos de Angola, Guiné e Moçambique que constituem uma ameaça para a paz mundial, pedimos que o governo português cumpra as resoluções do Conselho de Segurança de 31 de Julho e de 12 de Dezembro de 1963, em vista da autodeterminação e da independência das colónias e, como primeiro passo para a defesa da paz, que sejam retiradas todas as tropas das colónias portuguesas."

a) Ismaila DIA, vice-presidente do Comité da Paz do Senegal; Omoyanya JOHNSON, Conselho da Paz Nigéria; Mamadu DIABATE, secretário do Conselho da Paz Mali; Batussa KASSONGO, secretário geral do Conselho da Paz Leopoldville; S. TREPZYNSKY, Movimento da Paz da Polónia; Araen RATSIFEHERA, secretário do Comité da Paz Malgache; Nidia SAINS, Comité Nacional da Paz Costa Rica; S. CHAZZI, membro do Conselho Nacional da Paz Síria; H. SOUIAN, membro do Conselho Nacional da Paz Argélia; T. NENOVA, secretário do Conselho da Paz Bulgária; Sanches ARCAS, membro do Conselho Mundial da Paz Espanha; Luciano MENCAGLIA, secretário do Comité Nacional Itália; Bani Das CUPTA, secretária da Federação Democrática Internacional das Mulheres; Vire TOUMINEN, secretário do Conselho Nacional da Paz Finlândia; PAVILLON, do Conselho Nacional Suíça; SUNITO, membro do Conselho Executivo do Movimento da Paz Indonésia, Sald KHAYAL, conselho Nacional RAU; Chitto BISWAS secretário geral do Comité Nacional, Índia; KOTOV, secretário geral do Comité Nacional, U.R.S.S.; Manuel MESA, secretário do Comité Nacional México; Bension CURIEL, secretário do Comité Nacional de Argentina; Jacqueline DINLEEN, secretária do Comité Nacional do Canadá; Martha BUSCHAMANN e Harry WINTER, representantes do Movimento da Paz, República Federal Alemã Jean EVANGELIDIS, vice-presidente do Comité Nacional da Paz Grécia; Ilona SEBESTYEN, vice-presidente do Comité da Paz Hungria; Marianne PULAY intérprete, Hungria; Hori MAKOTO, presidente do Conselho Nacional da Paz Japão; Yukio KANAYAMA, membro do Movimento da Paz Japão; Hilde BERNSTEIN, representante do Conselho Nacional da África do Sul; Oleg KHARKHARDINO, membro do Conselho Nacional do Movimento da Paz URSS; Walter DIEHL, secretário do Conselho Mundial da Paz.

TELEGRAMA AO MINISTRO DO INTERIOR

Ao ministro do Interior de Salazar foi enviado o telegrama que abaixo publicamos, assinado pelas mesmas personalidades do anterior:

"Considerando as torturas dos partidários da paz encarcerados em Portugal especialmente as infligidas aos estudantes presos nos últimos meses;

Considerando que o partidário da paz José Vitoriano está preso há 12 anos e sujeito a prisão perpétua pedimos que cessem imediatamente as perseguições e as torturas e que sejam imediatamente libertados os partidários da paz especialmente estudantes e José Vitoriano e revogação das medidas de segurança."

Compareceu à reunião uma delegação portuguesa que, em nome dos partidários da paz de Portugal, fez uma exposição sobre a situação política existente no país e os perigos decorrentes da guerra colonial de genocídio movida aos povos africanos pelo fascismo colonialista de Salazar. Todos os representantes dos movimentos nacionais presentes ao encontro se solidarizaram com a heroica luta do povo português e das populações da Guiné, de Angola e de Moçambique.

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

GUINÉ PORTUGUESA

Desde agosto de 1961 uma luta de guerrilhas se trava na Guiné Portuguesa: cerca de vinte mil soldados de Lisboa tentam deter a influência crescente dos homens em armas do Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde. A ação dos nacionalistas africanos é sensível, sobretudo, no sul da colónia portuguesa. Também há lutas no norte, mas ali as dificuldades são maiores, pois o Senegal não dá aos combatentes a mesma ajuda que a Guiné de Sekou Touré.

De passagem por Paris, Amílcar Cabral, dirigente nacionalista, traçou para "Le Monde" um quadro da situação tal como é vista pelo Partido Africano pela Independência da Guiné do qual é secretário-geral.

Esse engenheiro-agronomo, que aderiu ao nacionalismo depois dos seus estudos em Lisboa, não se embala com palavras. Não esconde os obstáculos encontrados pela luta na Guiné Portuguesa; não fixa data para a vitória e nem mesmo afirma que esta se acha próxima. Evi-a igualmente toda fórmula "ideológica".

Depois de cerca de três anos de luta, Amílcar Cabral considera que quatro decimos do território foram "libertados".

"Isto não quer dizer — afirma — que as tropas portuguesas tenham evacuado inteiramente essas zonas. Há, ainda, guarnições, postos, mas esses lugares estão isolados da população; estão na defensiva, incessantemente atacados. São reabastecidos por helicóptero e só de raro em raro tentam ações ofensivas.

Apesar de um recente reforço do potencial militar das forças portuguesas estas não puderam aumentar a intensidade da luta, pois esse reforço correspondeu, de nossa parte, uma ampliação da luta armada em zonas que ainda não consideramos como libertadas." Essa ampliação, o sr. Amílcar Cabral,

a fixa em novembro de 1964, quando foi criado o exército nacional de libertação.

— Nós não fazemos apenas a guerra; procuramos também consolidar a organização económica das regiões libertadas e liberar braços para a agricultura, a principal fonte de recursos do país.

Cabral acredita que essa tentativa de "reconstrução" do território pode obter êxito, apesar do risco de ofensivas relâmpago — sobretudo aéreas — das forças portuguesas. "O armamento dos nacionalistas — explica — é agora mais moderno, compreendendo morteiros, canhões antiaéreos encamalhados pela fronteira que separa as duas Guinés, mais frequentemente a partir da Argélia.

Quando o reporter faz contrastar a atitude do sr. Sekou Touré com a do sr. Leopold Senghor — que não deixa o território senegalês transformar-se em "santuário" do PAIG — Amílcar Cabral declara: "Já alguns de nossos feridos são tratados em hospitais de Dacar. Se é essa toda a ajuda que nos pode dar o Senegal, não a recusamos. Não temos que nos imiscuir na política interna de um país. De qualquer forma, nada teríamos a ganhar com isto".

Se os dois principais Estados que sustentam os nacionalistas guineenses são a Argélia e a Guiné ex-francesa, os guerrilheiros mantêm contacto com a oposição portuguesa. Essas relações são certamente perturbadas pelas divisões internas na oposição ao regime do sr. Salazar. "Mas é contra o colonialismo português e não contra o sr. Salazar que estamos em guerra — afirma Cabral. — Devemos preservar a possibilidade de uma futura colaboração com um Estado português não colonialista". E esclarece que essa colaboração deve ser facilitada pela ausência de métodos terroristas na luta que travam os seus companheiros.

in "ULTIMA HORA" 21/IV/65.

NA l.o

Pe de P inter cada as lu camj para dlat refe é o t que nom Sala mais falsa Sant o pa proc tend vitin salai riorri cada dlat reivil últim noss acim recel la d. da l oper. para melh fim do s

En dos temo que para uma ção e estur men lenç; A com seus dant dora TIC tação cede most mos A tuu tos. lism e no nal i min; de S

A U DO

DO

Ni rial nial' troc; verif intã José para acto ões seuu terr com iner A re servi E de forte de já q com a m fron ter e Com: uma bre reali para meu ou Mas carg — p e o ta y de d tervi devo não é sr para roza na. mim O jos

Notas e comentários

NA VESPERA DO 1.º DE MAIO

Pelas informações que recebemos de Portugal verifica-se que se estão intensificando, e atingindo planos cada vez mais abertos e declarados, as lutas reivindicativas em todos os campos. Vários são os fatores que para isso contribuem, no plano imediato. O mais importante, no que se refere às reivindicações salariais, é o rebotar do coleite de forças em que tem estado aprisionada a economia portuguesa. O governo de Salazar já não pode esconder por mais tempo este fenómeno e as falsas magias do guarda-livros de Santa Comba já não dão resultado: o país entrou decididamente num processo inflacionário, cuja espiral tende a alargar-se. As primeiras vítimas desse processo são os assalariados, cuja situação, já anteriormente tão difícil, vai ficando cada vez pior. Essa é a razão imediata e premente para o surto das reivindicações salariais que, nos últimos meses, se verificaram no nosso país, atingindo níveis bem acima das reivindicações normais e recebendo, como sempre, a resposta da repressão policial, da prisão, da tortura. A combatividade dos operários e camponeses lança-os para a frente, por melhores salários, melhores condições de vida e, no fim do horizonte, pela derrubada do salazarismo.

Em plano paralelo situa-se a luta dos estudantes, de que largamente temos dado notícia. A consciência que os anima é a mesma, voltada para as reivindicações próprias, por uma escola melhor, pela dignificação do ensino, pela possibilidade de estudos para todos, independentemente da condição social a que pertencam.

A repercussão exterior destes combates do povo português, dos seus operários, camponeses e estudantes, tem sido das mais auspiciosas. PORTUGAL DEMOCRATICO vem publicando as manifestações de solidariedade que se sucedem pelo mundo fora e que nos mostram que, cada vez mais, podemos afirmar que não estamos sós.

A energia demonstrada pelos portugueses na luta pelos seus direitos, aliada à liquidação do colonialismo, transformam pouco a pouco o nosso país num caso internacional que só pode terminar e só terminará, pela liquidação do regime de Salazar.

A ÚLTIMA EXPRESSÃO DO CARNEIRISMO

Na última remodelação ministerial do governo fascista e colonialista de Salazar, entre outras trocas de pastas e de "postas", verificou-se a "passagem" do aré então Ministro do Estado adjunto à Presidência do Conselho, Dr. José Goncalo Correia de Oliveira, para a pasta da Economia. No acto de posse das suas novas "funções", o Dr. Correia de Oliveira usou da palavra, nos seguintes termos: "Muitos me dizem não compreenderem porque aceitei o tão ingrato Ministério da Economia. A resposta é fácil: — Sempre servi a Nação servindo o Estado. E desde 1961 que sinto ainda mais forte essa obrigação e o desejo de servir de qualquer modo, já que não pude ter a alegria de, como tantos, oferecer à Pátria a minha vida, na defesa das suas fronteiras do Além-Mar. É certo ter eu, pelo Senhor Presidente do Conselho, uma dedicação pessoal, uma amizade tão grande e tão nobre que estaria sempre pronto a realizar um desejo seu nem que para isso tivesse de sacrificar os meus desejos, os meus interesses, ou todas as minhas aspirações. Mas acontece que na aceitação do cargo de Ministro da Economia — para onde vou com a alegria e o entusiasmo de quem acredita na utilidade e na responsabilidade da sua missão — em nada, intervieram os meus sentimentos de devoção pessoal. Outra foi a razão de me decidir. E essa razão é saber que quando Salazar me pergunta é a Nação quem inter-roga. Que quando Salazar ordena é Portugal quem manda em mim".

O arrazoado dispensa comentários... Não há dúvida de que o

epíteto de "His Master Voice", pelo qual é há muito conhecida "tão ilustre personalidade política", está plenamente justificado perante esta máxima expressão do carneirismo...

J.B. de C

GUINÉ

A Guiné já não é apenas, para os colonialistas, uma terra onde se perdem, uns a seguir aos outros, pequenos e grandes combates armados. A realidade atual dessa colónia tem aspectos mais desalentadores para os governos fascistas de Lisboa e seus interessados servidores: quase metade do território está definitivamente libertado e organiza-se económica, social e politicamente. Esta verdade, o facto de que os povos de África, e de outras regiões que sofreram a condição colonial, são capazes de se governarem por si próprios, é para os colonialistas, uma ideia difícil de suportar. Mas por outro lado, é uma constatação animadora para os povos e para os indivíduos interessados numa prosperidade e numa paz que cheguem a todos os povos e se comuniquem de uns povos aos outros. No caso da Guiné ainda dita portuguesa, essa constatação será feita pela esmagadora maioria do povo português que não está comprometida na exploração dos povos das colónias nem dela tira, mesmo indiretamente, qualquer benefício. A parte mais esclarecida e mais progressiva do nosso povo já hoje faz essa constatação e dela tira a esperança de frutuosas relações culturais e económicas com o povo da Guiné, hoje ainda em parte subjugo.

A escassez das notícias que nos últimos meses têm chegado à imprensa mundial, ou que esta tem reproduzido, poderiam fazer supor a muita gente um retrocesso da luta de libertação conduzida pelo povo guineense. A verdade é diferente: ao terminar o ano de 1964, a parte libertada e já organizada ou em processo de organização, no aspecto administrativo, representava 40% da extensão territorial da colónia, compreendendo uma larga faixa de território que vai da fronteira sul, com a República da Guiné, até à fronteira com o Senegal, no norte. A parte ainda ocupada pelas tropas colonialistas compreende duas parcelas separadas uma da outra e entre as quais não é já possível qualquer comunicação por terra. Somente através do rio Geba, cujas margens são dominadas pelas forças do PAIGC, é ainda possível alcançar a parte oriental do território.

O empenho com que os altos comandos do exército colonialista tentaram a fracassada reconquista da ilha de Como (assinada em alguns mapas como "Cabado"), dá um exemplo da violência e da importância que assumiram muitas fases da guerra. O Estado Maior colonialista lançou num ataque contra aquela ilha, em janeiro de 1964 uma força de cerca de 3000 soldados e oficiais, na maior parte deslocados de Angola para essa missão. Após três dias e meio, as tropas colonialistas retiraram com cerca de 600 baixas, sem terem conseguido ultrapassar a orla úmida da ilha, entre o mar e a floresta central. Enquanto durou a luta, a artilharia e a aviação lançaram sobre a ilha 8000 granadas e 400 bombas, destruindo a maior parte das povoações, reservas alimentares, saídas e culturas. Como, no entanto, continuou na posse das tropas de libertação além das baixas em homens que incluíram o coronel que comandava as operações, as forças a serviço do governo fascista e dos monopólios coloniais tiveram dois aviões abatidos e três danificados, doze embarcações afundadas ou avariadas e importantes perdas em material de guerra e de telecomunicações.

Atualmente a organização nacionalista PAIGC empenha-se em duas frentes de luta igualmente importantes: a da luta armada pela libertação das parcelas de território ainda ocupadas pelo exército colonialista e a da luta pacífica pela criação de novas bases de organização no solo libertado. Os êxitos já alcançados pelos patriotas guineenses nessas duas camisas constituem duas formas de desastre, qual delas a mais cruel, para os sequazes do colonialismo.

Pela Abolição do Poder dos Monopólios - III

Publicamos abaixo a última parte do capítulo consagrada à acção nefasta dos monopólios no importante depoimento "Rumo à Vitória".

A burla da "democratização do capital" aparece com evidência na desigual partilha dos lucros dentro de cada sociedade, entre os grandes e pequenos acionistas.

É curioso ver como os "teóricos" do capitalismo monopolista acomodam a teoria aos seus interesses. As velhas "três fontes de renda" (Natureza, Capital e Trabalho) corresponde a três classes sociais, dão agora lugar pela especulação dos "teóricos" do imperialismo a "três factores da produção" (Capital, Empresário e Trabalho). O grande capital recebe agora dos "três factores da produção". Recebe o juro pela "cooperação do capital"; recebe o lucro pagando a "iniciativa" e o "risco"; recebe vencimentos e gratificações nos corpos gerentes das sociedades remunerando o "trabalho directivo". É a teoria do "venha a nós", sem qualquer reboço ou máscara.

Claro que o "risco" correm-no os pequenos capitalistas. E, quanto ao trabalho directivo, quem o realiza, na generalidade dos casos, são funcionários e assalariados das grandes companhias. Os grandes capitalistas instalam-se nos corpos gerentes, não para trabalharem, mas para receberem desde logo uma parte substancial dos lucros. A juntarem aos "vencimentos", um pequeno número de grandes capitalistas atribuem a si próprios "gratificações" que atingem em geral, de 4 a 12% dos lucros líquidos e declarados e chegam a corresponder a um quinto e mais dos lucros líquidos atribuídos sob a forma de dividendo às centenas e milhares de acionistas. Como ainda consideram isso pouco, recebem verbas complementares sob a forma de "ajuda de custo", "emolumentos", "despesas de representação", etc.

Satisfeitos por essa forma para seu consumo, os grandes capitalistas destinam os lucros de forma crescente para acumulação, isto é para aumentarem o seu capital, para tomarem posições em novas sociedades, para se lançarem em novos empreendimentos, para os quais atraem mais pequenos capitalistas, de cujos capitais se servirão, esbulhando-os nos seus interesses.

A diminuição dos dividendos

Não fica por aí a cobiça e avidez de dinheiro dos grandes senhores do capital. Quando se trata de distribuir dividendos, nunca o fazem em proporção dos lucros obtidos. Muitas sociedades chegam ao cúmulo de fixar estatutariamente em 4 ou 5% o máximo de dividendo a distribuir, quaisquer que sejam os lucros. Em muitos casos os lucros aumentam, mas o dividendo mantém-se, com uma percentagem fixa do capital nominal. Dado o aumento do capital efectivo através da acumulação esta percentagem fixa corresponde a uma diminuição da taxa de lucros dos pequenos acionistas. A situação dos pequenos acionistas acaba por identificar-se com a dos obrigacionistas. E isto torna clara a intenção da emissão e vendas de acções. Tem-se em vista mobilizar os pequenos capitais e as economias, sob a forma de empréstimos a juro módico. As sociedades podem tirar 20 a 30% dos lucros. Dão aos pequenos capitalistas uma pequena percentagem. Do resto apropriam-se os grandes. E' tendência verificada que, ao mesmo tempo que aumenta a apropriação dos lucros sob a forma de vencimentos, gratificações, etc., ao mesmo tempo que aumenta a acumulação sob a forma de fundos de reserva, os dividendos distribuídos diminuem.

Em relação ao capital e fundos de reservas algumas dezenas das maiores sociedades, cujo capital corresponde a cerca de dois quintos do capital de todas as sociedades distribuem 6,4% de dividendo em 1939, 5,8% em 1946, 5,4% em 1956, 5,0% em 1961.

Entendem ainda ser pouco esse abuso, inenunciável. Eles, que atraem os pequenos capitais com o engodo dos lucros e garantia dos grandes empreendimentos eles que anunciam a "democratização do capital" nas sociedades anónimas que exerciam a sua actividade em Por-

tugal, apenas 249, ou seja 36% deram dividendo. Esta recusa a dar mesmo insignificantes migalhas aos pequenos acionistas, tem-se tornado cada vez mais descarada e generalizada. Em 1956, 42% das sociedades ainda haviam distribuído dividendo; em 1961, como vemos apenas 36%. Por esta forma dá-se um locupletamento total pelos grandes acionistas da totalidade dos lucros e esbulhamento completo dos pequenos acionistas.

Quando, nas assembleias gerais, alguns médios acionistas reclamam, os grandes dão "explicações" e referem "dificuldades". Ao mesmo tempo, fora das assembleias, quando se trata de atrair os pequenos capitalistas, cantam os êxitos e vitórias da empresa...

A situação é de tal forma escandalosa que na própria Assembleia Nacional fascista, oradores, talvez com acções no bolso têm de reconhecer que os pequenos acionistas "são pura e simplesmente impiedosamente negados, negando-se-lhes ano após ano, a devida participação nos lucros e falam nos "infimos dividendos" que "constituem sobejos apenas" (Ernesto Lacerda, "Século" 26-4-63).

Esta desigual partilha de lucro dentro de cada sociedade (com efectivas taxas elevadíssimas para os grandes acionistas e taxas moderadas ou recusa de participação nos lucros para os pequenos) é actualmente um importante factor da acumulação do capital, que se processa também em ritmo diferente e progressivamente diferenciado dentro de cada sociedade entre os grandes e pequenos acionistas. Os pequenos capitais atraídos às grandes sociedades, são pois ali esbulhados e contribuem para o fortalecimento do poder onipotente da grande capital que conduz os pequenos capitalistas à ruína. Os pequenos acionistas acabam por vender ao desbarato as suas acções...

Utilizando em seu benefício os capitais dos pequenos capitalistas pagando (quando pagam) um "juro" módico ao pequeno capital os grandes capitalistas asseguram para si lucros elevadíssimos respeitantes tanto ao seu próprio capital, como aos capitais que lhes não pertencem, consomem à tripa-forra, acumulam na própria empresa, tomam conta de novas empresas por uma rede de participações no capital controlam capitais incomparavelmente superiores aos seus próprios, alargam a rede dos seus interesses e o seu domínio, levam a cabo novos passos da centralização e concentração de capitais.

O caminho a seguir

6. O governo fascista, instrumento desta aristocracia da finança, auxilia com todo o poder do Estado a accentuação do poder dos grandes potentados da finança, põe os médios e pequenos capitais ao serviço dos grandes, estimula, protege e força a centralização, a concentração, o domínio dos monopólios.

Através da participação do Estado no capital das grandes empresas, põe os recursos que pertencem ao país ao serviço da aristocracia da finança. Meio milhão de contos na SACOR, centenas de milhares de contos nas companhias de electricidade, centenas de milhares de contos em bancos, centenas de milhares de contos em muitas outras grandes companhias. Tornando-se, como a si próprio se afirma "co-empresário", o Estado fascista, que se diz "neutral" entre as classes, que diz estar acima delas, desmascara-se totalmente como instrumento do capital financeiro. Participando no capital das grandes companhias, o Estado fascista não pretende obter lucros, antes em muitos casos os dispensa. Ele pretende apenas servir os monopólios.

Em alguns casos só a participação do Estado torna possível que os grandes capitalistas, arriscando muito pouco, possam tomar conta de gigantescos empreendimentos tanto em Portugal como nas colónias portuguesas. Tal o conhecido e escandaloso caso da SONEFE, à qual foi concedido o aproveitamento do Cuanza em Angola para o primeiro escalão do qual estava calculado um investimento de 1 milhão de contos, quando a sociedade "tinha apenas... 6.000 contos!

O apoio e auxílio financeiro do Estado aos monopólios são dados das mais diversas formas: protecção aduaneira, isenção de pagamento de direitos de importação de mercadorias necessárias à indústria, isenções de contribuição industrial, redução de impostos sobre a aplicação de capitais, perdão de dívidas ao Estado, dadas, aval a empréstimos contraídos no estrangeiro, expolição dos fundos das Caixas Sindicais de Previdência para os aplicar em acções das grandes companhias, etc. No domínio das finanças públicas, o escândalo vai ao ponto de poupar dos impostos os grandes lucros, ao mesmo tempo que se agravam enormemente os impostos que atingem directamente as classes trabalhadoras e médias. De 1960 para 1961, por exemplo, os lucros líquidos de 12 dos principais bancos aumentaram 25%, mas estes pagaram de contribuições e impostos apenas 40%.

Tendo o Estado inteiramente ao seu serviço, os grandes grupos monopolistas, associados ao imperialismo estrangeiro, dominam toda a vida nacional, exploram desenfreadamente a classe operária, arruinam e expropriam as classes médias, põem todos os recursos nacionais ao seu serviço. Liberte-se Portugal da dúzia de grandes grupos monopolistas e o povo e o país libertar-se-ão dos seus maiores e principais inimigos.

A nacionalização dos bancos e dos grupos monopolistas arrancará às mãos gananciosas de uma centena de famílias parasitárias os sectores fundamentais da economia nacional. Tal nacionalização pode operar-se sem qualquer perturbação séria no curso da produção e na vida económica e financeira do país. Os empregados e operários passam a ser funcionários do Estado, este pagar-lhes-á os seus vencimentos e o funcionamento da banca, da indústria e do comércio estão assegurados. A diferença será que os grandes exploradores do nosso povo não porão mais os pés naquilo que deixa de ser deles e que aquilo que hoje possuem e comandam passará ao serviço do povo e da nação.

A liquidação do poder dos monopólios terá de ser acompanhada por uma política de rápido desenvolvimento industrial, onde a direcção superior do Estado não só exclua como anime a iniciativa das empresas privadas; pela protecção aos pequenos industriais e comerciantes; por uma regularidade do comércio externo que defenda os interesses da economia nacional; pela reorganização do comércio por grosso de forma a banir a especulação e a limitar o agravamento dos preços que resulta da avidez dos intermediários e grandes armazenistas; por uma reforma tributária que alivie as classes mais desfavorecidas da incomportável carga que hoje sobre elas pesa; pelo estabelecimento dum imposto progressivo sobre os rendimentos, sucessões e doações.

Só a libertação do poder dos monopólios poderá permitir o aproveitamento das riquezas nacionais, o amplo desenvolvimento da economia, a criação duma base industrial que assegure a independência do país, a eliminação da principal base social da reacção e do fascismo.

Lutar contra a ditadura fascista é lutar contra os monopólios. Lutar para libertar Portugal do domínio fascista é lutar para libertar Portugal do domínio dos monopólios. A liquidação do poder dos monopólios é um objectivo central das revoluções democráticas.

COMISSÃO DOS DIREITOS DO HOMEM

Em resposta ao memorial sobre a política de repressão do governo português, remetido pelas organizações democráticas portuguesas existentes em seis países da América à Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas, o sr. Stephen Landau, alto funcionário daquela entidade informou à Unidade Democrática Portuguesa primeira signatária do documento em questão - em carta datada de 16 de Março p.p. que, nos termos das alíneas "b" e "c" do parágrafo 2 da Resolução 728 F(XXVIII) do Conselho Económico e Social da ONU, o assunto foi levado ao conhecimento do plenário da Comissão e enviada cópia da comunicação recebida ao próprio Governo de Lisboa.

Paulo Cunha Provoca os Estudantes R

LISBOA (Do Correspondente) — Nos meses universitários da capital manteve-se durante todo o mês de Abril o ambiente de tensão gerado pela onda de terror policial desencadeada contra os estudantes desde o início do ano.

A situação atingiu o seu clímax nos primeiros dias do mês, após os incidentes verificados na Cidade Universitária, na sequência das provocações a que ali se entregou o reitor Paulo Cunha, indivíduo que pela sua conduta se tornou nos últimos meses um dos elementos mais detestados e desprezados do governo fascista.

No dia 1 de Abril, ao meio dia, realizou-se, com a presença de mais de mil estudantes, um plenário para se decidir a atitude a tomar em face da proibição das comemorações do "Dia do Estudante". Durante a assembleia, que decorreu na melhor ordem, evidenciou-se a unidade de propósitos existentes, sendo sintomático que o único provocador que pretendeu usar da palavra, um tal Pedro Cabrita, dirigente da organização pro-nazi "Acção Académica" foi estrepitosamente valado pela enorme assistência, não conseguindo fazer-se ouvir.

Em face das informações de que havia um plano da PIDE para desencadear com a ajuda da PSP e da GNR um verdadeiro massacre, caso os estudantes levassem à frente as comemorações do "Dia do Estudante", o plenário resolveu renunciar a elas para evitar a repressão indiscriminada que prejudicaria a continuação do movimento, mas lavrou o seu mais veemente protesto contra a prepotência das autoridades, denunciando os métodos fascistas de que vêm lançando mão.

Terminada a assembleia os participantes dirigiram-se para a cantina, a fim de almoçarem. Foi então que ali se apresentou com o rosto extremamente arragante o reitor Paulo Cunha, pretendendo opor-se a que os jovens entrassem no restaurante. Após breve troca de palavras estabeleceu-se tumulto durante o qual o reitor energu, meno acabou por ser jogado a terra.

A Polícia interveio imediatamente e prendeu nada menos de 400 estudantes, embora à noite só conservasse detidos uns 40, que teriam ido juntar-se aos 60 encarcerados em Caxias, aguardando julgamento.

Desde então a Universidade vem sendo patrulhada abertamente pela Polícia. Durante vários dias foi proibido o acesso dos estudantes ao restaurante e continuam fechadas as instalações das principais associações académicas.

No dia seguinte a revolta em todas as Faculdades assumia maiores proporções, ao ser conhecida a notícia de que Paulo Cunha decidira mover um processo de expulsão aos estudantes que acusava de o haverem agredido, iniciativa tanto mais covarde e mesquinha quanto não é possível saber-se quais os rapazes que o rodeavam no momento em que se produziu o incidente. A tentativa de mediação do diretor da Faculdade de Direito, prof. Raul Ventura, foi rejeitada sumariamente.

Em comunicado divulgado sobre

os acontecimentos, as Associações de Estudantes responsabilizam Paulo Cunha pelo tumulto verificado, reafirmam os seus direitos e protestam contra as violências policiais cometidas em pleno recinto da Universidade.

Na primeira quinzena de Abril foram julgados e condenados pelos tribunais fascistas vários estudantes.

EXPULSOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Por decisão do ministro da Educação Nacional, três estudantes da Universidade de Coimbra — Oliveira Mendonça, Galiza Carneira e

José Barros Moura — foram declarados excluídos de todas as escolas nacionais pelos prazos de seis meses para o primeiro e um ano para os outros dois. A monstruosa pena causou indignação geral em Coimbra. Tanto os estudantes como o povo rejeitam como inaceitável e ridículo o motivo alegado para justificar a criminosa pena: o de Oliveira Mendonça haver dado posse aos seus colegas de cargos directivos na Associação Académica de Coimbra, depois de ter sido recusada a homologação ministerial à designação de ambos para os mesmos cargos, condenados a longas penas agra-

vadas pelas "medidas de segurança", que garantem a prisão perpetua. São eles: Carlos Aboim Inglês, Carlos Brito e José Bernardino.

Aqui e além, vários aspectos da repressão eram documentados com fotografias focando manifestações de rua dos estudantes de Coimbra e reuniões massivas dos estudantes de Lisboa, acções de massas por altura de campanhas eleitorais e finalmente a fotografia dolorosamente expressiva do cemitério do Campo de Concentração do Tarrafal.

Artisticamente dispostos no conjunto fotográfico, figuravam vários exemplares de imprensa: "Juventude", "Paz e Liberdade", "Jovens Livres", manifestos e documentos da actividade juvenil portuguesa, bem como outros órgãos da imprensa clandestina, que se publicam em Portugal.

A sessão foi aberta pelo representante do Comité Juvenil da cidade de Praga que presidia, tendo à sua direita o representante dos estudantes portugueses José Silveira, seguido do delegado da União Internacional dos Estudantes e de uma estudante brasileira, e à esquerda os representantes das Juventudes Africanas de Guiné e Cabo Verde, e de Angola e um membro do Comité Estudantil da Universidade de Praga.

Foi dada a palavra em primeiro lugar ao membro do Comité Estudantil da Universidade de Praga, Stozicky. Seguiu-se a intervenção do representante dos estudantes portugueses, depois do que falou o delegado da U.I.E., Josef Vatchkov, e os representantes das Juventudes Africanas das colónias portuguesas.

Reproduzimos a seguir a breve alocução do delegado da U.I.E., Josef Vatchkov:

Em nome dos estudantes polacos e dos estudantes progressistas do mundo inteiro e na qualidade de membro da União Internacional dos Estudantes, tenho a honra de exprimir a nossa solidariedade com a luta dos estudantes portugueses pela democracia e pela liberdade, contra o fascismo há longos anos dominando no seu país.

Há pouco, o nosso colega de Portugal contou-nos desenvolvimentos como no presente se processa a situação do seu país e que obstáculos inconcebíveis os estudantes portugueses têm de vencer para, pouco a pouco, alcançarem os seus fins.

Nós estamos convencidos de que conseguiremos vencer integralmente. Queremos ajudá-los nessa luta com todas as nossas possibilidades materiais e intelectuais. Para isso, para levarmos o nosso apoio aos nossos irmãos portugueses, nós organizamos manifestações em todas as Universidades, tanto na Polónia, o meu próprio país, como aqui neste momento na Tchecoslováquia e noutros países, em todo o mundo.

Nós, jovens, sentimos-nos impacientes. Desejamos veementemente fazer aproximar o dia em que o sol radioso iluminará o mundo inteiro. Sobretudo nós, os jovens que vivemos já numa parte do mundo em que a luz irradia, desejávamos abrir as portas das trevas para libertar os nossos irmãos encarcerados, torturados e condenados a baterem-se até à morte contra a violência dessas forças tenebrosas.

E se para nós a era das gloriosas realizações da humanidade no espaço cósmico são uma realidade segura que se aproxima — e os acontecimentos dos últimos dias confirmam-no — é preciso que as nossas demonstrações de solidariedade triunfem; é preciso que a juventude portuguesa vença mais rapidamente na luta contra o fascismo, o colonialismo e a dominação imperialista no seu país.

UMA INICIATIVA DA UNIAO INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES

A jornada internacional de solidariedade à juventude e aos estudantes de Portugal iniciou-se na véspera com uma conferência de imprensa na sede da União Internacional dos Estudantes.

Ahriu a conferência o presidente da U.I.E., ZEYNEK VOKROUBLY (Vokroubrilsky), que expôs os motivos desta jornada de solidariedade aos estudantes portugueses.

O dia 24 de Março — disse o presidente da U.I.E. — não foi casualmente escolhido. Neste dia há três anos os estudantes de Portugal iniciaram a sua luta contra as medidas do governo português, que problemam as comemorações do dia

do Estudante que devia realizar-se no dia 25 de Março.

É objetivo da U.I.E. ajudar a luta dos estudantes portugueses, para que eles atinjam, na realidade os objetivos da sua acção e das suas reivindicações. Estivemos com eles no passado. Estamos com eles no presente. Estaremos com eles no futuro.

Em seguida, VOKROUBLY expôs aos representantes dos jornais e das agências de informação, presentes na sala, a actividade desenvolvida pela U.I.E. em favor dos estudantes portugueses.

Além de um cartaz amplamente distribuído em todo o mundo, a U.I.E. editou um postal comemorativo da data de 24 de Março e um folheto sobre as últimas lutas dos estudantes de Portugal e da acção do governo contra a corajosa juventude, que se manifestou nas ruas de Lisboa.

Interessámos as Uniões filiadas na preparação e nas comemorações desta jornada. Enviamos agora um comunicado à imprensa e agências de informação sobre os últimos acontecimentos que decorreram na Universidade. Reforçamos a nossa acção para que no mundo inteiro os estudantes celebrem esta data e se encontrem ao lado dos estudantes de Portugal.

A palavra de ordem de Liberdade para os estudantes portugueses — afirmou o presidente da U.I.E. — é hoje uma palavra de ordem dos estudantes de todo o mundo.

Usou em seguida a palavra o representante dos estudantes portugueses, José Silveira, que expôs aos jornalistas as razões essenciais da sua conferência.

Uma Conferência de José Silveira

Transcrevemos abaixo algumas das passagens mais significativas das declarações do estudante português José Silveira que usou, por último, da palavra, fazendo uma completa exposição sobre os acontecimentos mais recentes verificados em Portugal no que se refere às perseguições à Universidade e ao clima de terror policial reinante.

"Nos últimos meses a Universidade portuguesa sofreu várias vezes provocações policiais de toda a espécie e actos de banditismo político que põem a nu as características essenciais do regime de Salazar. A Associação Académica da Faculdade de Direito — organização estudantil autorizada legalmente — foi tomada de assalto por agentes provocadores pertencentes aos meios universitários. Essa gente quebrou os vidros das janelas, os bancos, as cadeiras, as mesas e outros móveis que se encontravam no interior da sede da organização. O mesmo aconteceu com a Associação Académica da Faculdade de Ciências. Ali, um agente da Polícia de Segurança Pública pôde identificar os provocadores fascistas. Tomando-os por malfeitores comuns nove dias um processo. Mas a PIDE, posta ao corrente, suspendeu as diligências, abafando o escândalo.

A "Casa dos Estudantes do Império", organização criada pelo Governo e destinada a reunir os jovens das colónias portuguesas a fim de poder mantê-los sob sua influência, e também os cine-clubes universitários foram ainda vítimas dos mesmos métodos de destruição e de vandalismo policial, que lembram os processos dos nazis...

Mais grave ainda que todas essas acções degradantes, são as que têm por cenário a sede da PIDE em Lisboa com dezenas de estudantes presos pela Polícia, durante os últimos dias.

(Cont. na pág. 5)

SOLIDARIEDADE BRASILEIRA

Toda a imprensa brasileira publicou com destaque os telegramas das agências noticiosas sobre os incidentes do 1.º de Abril. Em consequência disso registraram-se nos meios universitários, principalmente em São Paulo, inúmeras manifestações, individuais e coletivas de solidariedade para com os estudantes portugueses.

A mais significativa de todas elas partiu da União Estadual dos Estudantes de São Paulo e dos Centros Académicos, cujos dirigentes, reunidos na cidade de Campinas aprovaram por unanimidade, no dia 11 de Abril, o envio ao ministro da Educação de Portugal, prof. Galvão Teles, do expressivo documento que abaixo transcrevemos:

Excelentíssimo Senhor: Os acontecimentos que nos últimos meses transformaram a Universidade de Lisboa em assunto permanente do noticiário internacional não podiam deixar indiferentes os estudantes de São Paulo que vêm acompanhando com emoção a luta travada pelos seus colegas portugueses em defesa das suas legítimas reivindicações associativas. A onda de violências desencadeada pela polícia política, as torturas a que foram submetidos jovens como Gina de Azevedo e Baeta Neves, os julgamentos e as condenações de numerosos estudantes pelos tribunais provocaram, como era de esperar, a repulsa de toda a juventude brasileira que empresta neste momento a sua irrestrita solidariedade às corajosas vítimas dessa onda de terror policial e cultural. Neste sentido a União Estadual dos Estudantes de São Paulo e os Centros Académicos, interpretando o sentimento de milhares de estudantes brasileiros, vêm junto de V. Excia.:

a) Protestar contra as prisões, perseguições, torturas e condenações que atingiram e continuam a atingir os estudantes de Lisboa;

b) Solicitar a anulação das medidas do Reitor Paulo Cunha que visam a expulsão da Universidade dos estudantes envolvidos nos incidentes registrados no restaurante da Cidade Universitária, incidentes de que ele, Reitor, foi o único culpado;

c) Manifestar a esperança de que, como titular da Pasta da Educação, intervenha no sentido de que sejam restituídos à liberdade todos os estudantes presos.

Estado de São Paulo, Campinas, 11 de abril de 1965.

Assinaram esta carta:

Altino R. Dantas Junior — 2.º Vice-Presidente da União Estadual dos Estudantes; Jorge Fragali Neto, Presidente do D.C.E. da Universidade de São Paulo; Antonio Ciampa, Presidente do D.C.E. da P.U.C.S.P.; Cláudio Vieira, D.C.E. de Campinas; Helena Maria Leal, Presidente do C.A. da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; Wilson Palhares, C.A. Casper Libero; Francisco Creslana, Presidente do G.F.A.U. Henrique Suster, Presidente do C.A. Filosofia S. Bento, P.U.C.S.P.; Fausto Carneiro, Presidente do C.A. Oswaldo Cruz — F. Medicina da U.S.P.; Dario Labaki, Presidente do C. A. Armando S. Oliveira, F. Engenharia S. Carlos; Acácio Jorge, Presidente do C.A. Rocha Lima, F. Medicina de Ribeirão Preto; Luiz G. D'Ávila Filho, Presidente do C.A. Engenharia Mauá; Francisco Gonçalves, Presidente do C.A. Filosofia da U.S.P.; Regina M. Giffoni, Presidente do C.A. Serviço Social da P.U.C.S.P.; Maria Inês de Assis Moura, Presidente do C.A. Filosofia de R. Preto; Luiz Lapenta, Presidente do C.A. 1.º de setembro de Ribeirão Preto; Joaquim de Carvalho, Presidente do C.A. Carneiro Leão de R. beirão Preto; Sílvia de A. Regis,

Presidente do C.A. XV de Maio de Ribeirão Preto; Celina Rubino, Presidente do C.A. 2 de Outubro de São Paulo; Presília Magalhães, Presidente do C.A. VII de Março de Campinas; Santo dos Reis Silveira — Presidente do D. A. Filosofia de Rio Preto; Maria Edwiges Lemos, C. A. Faculdade de Filosofia de Araraquara; Dalva de Castro, Presidente do C. A. Odontologia de Aracatuba; Sérgio Bortolai Libonati, C. A. Farmácia e Bioquímica da U.S.P.; Egon Janos Szeniamazi, Presidente do C.A. Luiz de Quelroz de Piracicaba; José Milton de Andrade, C.A. 28 de Março, F. Direito de Franca; Pêrsio Faria, Presidente do C. A. XXI de Abril de Piracicaba; José Fernando Arena, Presidente do C.A. Adolfo Lutz, Campinas; e Antonio Funari Filho, 4.º Vice Presidente da U.E.E.

PROTESTO DE PROFESSORES

Alguns mestres eminentes da Universidade de São Paulo decidiram também dirigir-se ao ministro da Educação Nacional, enviando-lhe o seguinte telegrama:

"Professores Universidade São Paulo profundamente emocionados notícias provenientes Lisboa segundo as quais numerosos estudantes se acham ameaçados de cassação matrículas em consequência de se terem reunido na Universidade para defesa de seus direitos dirigem-se Vossa Excelência em nome tradicional ligação entre Universidade portuguesa e brasileira solicitando sua intervenção no sentido de sustar aplicação dessa medida".

Entre os signatários deste telegrama figuram os professores Paulo Duarte, diretor do Instituto de Pre-História da USP e Ruy Coelho, ca. tédrico de Sociologia.

O Centro Académico XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo e o Gremio da Faculdade de Jornalismo Casper Libero enviaram igualmente telegramas ao sr. Galvão Teles solicitando a sua intervenção no sentido de evitar a expulsão de estudantes da Universidade e bem assim de obter a libertação dos que se encontram presos.

Na Checoslováquia

A União da Juventude Checoslovaca realizou no dia 23 de Março no salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de Praga, uma sessão de homenagem integrada na Jornada Internacional de Solidariedade aos estudantes e à juventude portuguesa.

A esta sessão deram a sua participação activa representantes da União Internacional dos Estudantes, da Secção estudantil da juventude checoslovaca e das Juventudes Africanas das colónias portuguesas.

Ilustrando a participação da juventude ao lado do povo português nas grandes lutas travadas contra o fascismo, via-se no amplo átrio da Faculdade de Direito uma exposição composta de fotografias, imprensa juvenil e democrática clandestina e outras publicações relativas à repressão em Portugal.

Três quadros monumentais ocupavam o plano de fundo do átrio, fronteiro à porta principal.

Em dois deles, destacavam-se grandes fotografias de jovens camponeses e operários, vítimas das forças repressivas sazaristas; Catarina Eufemia e Alfredo Lima, trabalhadores rurais e Cândido Martins Camilé, operário corticeiro, os três abatidos pelas balas da Guarda Nacional Republicana.

No terceiro quadro figuravam igualmente três grandes fotografias de jovens estudantes presos e

HUMOR DE TUBARÃO

Durante uma reunião da Comissão Interna da Empresa, realizada na CUF, o "patrão" Jorge de Mello, entusiasmado com os problemas levantados pelos delegados do pessoal, resolveu contar uma anedocta. "Os latinos — disse — têm a psicose das reivindicações. Um operário americano se vir passar um indivíduo num grande Cadillac pensa assim: "vou trabalhar para conseguir um carro como aquele". Os latinos, e muito especialmente os portugueses, pensam de maneira diferente: "Vou ver como tirar o carro daquele gajo". Após o seu desabafo, abandonou a reunião. De certa forma não deixa de ter razão o arrogante industrial monopolista. Honra seja feita à inteligência dos operários portugueses!



JOSÉ AUGUSTO SILVA

Repercussão Mundial da Luta dos Estudantes

(Concl. da pag. anterior)

mos meses. Os estudantes foram submetidos a interrogatórios sobre interrogatórios acompanhados de insultos, de ameaças, de pressões morais, tudo isso organizado por "especialistas" das torturas — injeções excitantes seguidas de calmantes durante a tortura da privação do sono, de modo a provocar o afundamento físico e moral, o enfraquecimento de todo o organismo, gerando perturbações nervosas e, por vezes, a loucura.

Em telegrama enviado ao presidente da República, a mulher do estudante de medicina MAXIMO VAZ CUNHA, preso em Janeiro em Lisboa, protestava terrivelmente angustiada contra o tratamento infligido ao marido durante os interrogatórios da polícia, interrogatórios que duraram 60 horas, durante os quais o prisioneiro não pôde dormir. Após esses odiosos tratamentos teve que ingressar no Hospital da Ordem Terceira. O choque fora tal que nem se lembrava do nome dos filhos nada mais fazendo do que repetir: "A PIDE é um poder infernal".

O caso de GINA DE AZEVEDO, estudante de Belas Artes não é menos trágico. Perdeu a razão após sofrer as torturas dos assassinos da PIDE.

Outro caso mais grave ainda é o de BAETA NEVES, dirigente da Associação Académica da Faculdade de Direito que, depois de torturado pela PIDE, quebrou os vidros dos olhos e engoliu-os. Entre as desumanas torturas que lhe infligiram figurou a da privação do sono enquanto lhe aplicaram sucessivamente injeções de excitantes e de calmantes, a fim de lhe arrancarem declarações. Recusando não poder manter-se em estado de controlar o seu espírito, decidiu suicidar-se. Em face da gravidade da situação, a polícia exigiu dos pais de Baeta Neves que assinassem uma declaração afirmando que o filho entrara numa clínica na sequência de uma crise de apendicite.

Um caso notante ocorreu ultimamente. Um jovem aluno do liceu, de 15 anos, JOSÉ AUGUSTO SILVA foi preso pela polícia durante manifestações verificadas em Lisboa. Conduzido à sede da PIDE chegou-se a conclusão de que a lei não permitia que o conservassem preso. Mas em vez de o libertarem, enviaram-no para um reformatório até que complete 16 anos, — "maioridade penal" — e possa então ser entregue aos pais da PIDE. Um fato a lembrar: José Augusto nasceu atrás das grades. Os pais estavam ao tempo presos. O pai morreu em consequência das torturas sofridas nos longos anos que passou nas masmorras de Salazar. O ódio policial contra esta família concentrou-se agora neste jovem de 15 anos. Não o autorizaram a ver a mãe. Quanto tempo vai ficar entre adolescentes que são eles também vítimas desse sistema social?

Outros universitários foram igualmente torturados. Tal é o caso do estudante ALFREDO CALDEIRA, da Faculdade de Direito. No momento em que narrava ao pai, o advogado Heliodoro Caldeira, que a polícia o espancava, o agente que vigiava pôs imediatamente fim à visita de maneira brutal e inesperada.

O estudante liceal JOAQUIM VIDAL, aluno do liceu Gil Vicente em Lisboa foi também preso pela PIDE. O reitor do liceu, preocupado pelo fato de não o haverem libertado logo a seguir, conforme a PIDE prometera, telefonou para esta, a fim de comunicar que se demitiria se Joaquim Vidal não fosse imediatamente posto em liberdade. Ante essa atitude soltaram-no, mas, no dia seguinte, quando Joaquim Vidal ia para o liceu, a polícia salazarista prendeu-o novamente.

Aqueles que assaltaram as sedes das associações estudantis, que atacaram brutalmente os nossos colegas que se manifestavam pacificamente, aqueles que proibiram aos estudantes a celebração da sua festa anual, aqueles que insultaram, torturaram, prenderam, esses continuam tranquilamente à margem de toda a acção jurídica, apesar dos protestos em massa dos jovens universitários e dos pedidos de inquérito.

Em contrapartida, os defensores dos legítimos interesses dos estudantes, que lutam por uma Universidade livre e progressista, por associações independentes, são ameaçados de graves sanções.

Éis o que é o fascismo. Torturando, lançando na prisão dezes

nas de estudantes; mantendo uma universidade tão retrograda e obscurantista como o regime, suprimindo o direito de pensar, de agir livremente, de criar e de discutir; movendo uma guerra vergonhosa contra os povos africanos que têm direito à liberdade e à independência; condenando a longos anos de prisão aqueles que travam uma luta justa, os acusados fascistas que vendem a independência nacional e sacrificam a nossa juventude aos interesses dos monopólios que querem tornar-se acusadores. Querem pôr em causa a justa luta dos estudantes que honra não apenas a Universidade mas Portugal e as forças democráticas que estão do nosso lado. A situação é cada vez mais grave e ameaçadora. A nova vaga de terror prova-o na Universidade e por todo o lado no país. É dever nosso fazer-lhe frente e já-lo-emos como já o fizemos, como continuamos dispostos a fazê-lo contra a camarilha fascista.

Estamos certos de que os estudantes de todos os países, de todos os continentes e de todas as raças protestarão de modo veemente contra os crimes do fascismo português, contra a sua política de terror e de obscurantismo, contra a guerra colonial que ele trava para esmagar o desejo de independência e de liberdade dos povos africanos.

Juntamente com os jovens de Portugal, os estudantes do mundo inteiro ajudar-nos-ão a arrancar das prisões de Salazar os nossos companheiros, os combatentes da causa da juventude, da democracia e da paz e os melhores filhos do povo português que permanecem nas masmorras salazaristas. Numa Pátria livre queremos constituir uma Universidade livre!

NA BELGICA

Na Bélgica assume proporções cada vez mais expressivas o movimento de solidariedade aos estudantes portugueses. Na Universidade Livre de Bruxelas realizou-se no dia 24 de março uma conferência de imprensa promovida pelo Circulo dos Estudantes de Expressão Portuguesa. No final, foi aprovada por aclamação uma moção na qual os estudantes belgas e portugueses participantes do acto: "manifestam a sua solidariedade aos estudantes portugueses presos e torturados na luta contra a repressão fascista; exigem das autoridades portuguesas a cessação das medidas de repressão e o respeito dos direitos da pessoa

humana; exigem a liberdade de associação e de organização para os seus colegas das universidades portuguesas; solicitam que o governo belga intervenha a fim de que cesse toda a ajuda internacional ao governo fascista de Salazar; pedem ao governo belga que intervenha energeticamente no sentido da libertação dos estudantes presos, por intermédio do seu embaixador em Portugal.

A assistência enviou um telegrama de protesto ao governo português.

NO URUGUAI

No Urugual a imprensa vem publicando com grande destaque o noticiário sobre as perseguições policiais aos estudantes portugueses. Em consequência disso cresce o movimento de solidariedade do povo urugual à juventude portuguesa, contando-se por dezenas as entidades sindicais, estudantis e culturais que têm enviado cartas e telegramas de protesto às autoridades fas-



cistas de Lisboa, particularmente ao ministro da Educação Nacional. A Junta Patriótica Portuguesa tem contribuído decisivamente para o êxito desse trabalho de esclarecimento, bem como a União das Mulheres Portuguesas do Urugual. Comemorando o Dia Internacional da Mulher, esta ultima organização democrática distribuiu, aliás, em Montevideo um apelo em que eram referidos alguns dos crimes cometidos pela PIDE contra os estudantes da Universidade de Lisboa e, nomeadamente, as violências que atingiram a jovem Gina de Azevedo.

O Obscurantismo Salazarista (VII)

Ainda a investigação científica em Portugal

JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO

Como prometemos no último artigo desta serie, ocupar-nos-emos hoje de Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho, o maior historiador português contemporâneo, depois da morte de Duarte Leite, Velga Simões e Jaime Cortesão. Vitorino de Magalhães Godinho é também a ultima vítima do ódio à cultura e à investigação por parte das entidades oficiais portuguesas. E ainda, de certa maneira, um como que recordista da perseguição por parte das autoridades fascistas portuguesas: foi demitido, ou se quiserem, "afastado" (termo mais de acordo com a "brandura dos nossos costumes", como diz Salazar), duas vezes de um lugar de Professor na Universidade de Lisboa.

Licenciado com alta classificação em História e Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1939, é convidado a ingressar nos quadros docentes dessa mesma Faculdade na qualidade de Professor Contratado Ali entrava em 1941, provocando desde logo uma espécie de abalo sísmico no edificio carunchoso do Arco a Jesus, aquela mesma Faculdade da qual o Professor Manuel Rodrigues Lapa, alguns anos antes, tinha dito que era a única escola do Mundo em que "se entrava a descer". As águas mornas, o cemitério que era a Faculdade de Letras de Lisboa sofreu um abalo e para que o vetusto edificio não ruísse de vez, foi necessário dois anos depois, expulsar o incómodo Professor que era Vitorino de Maga-

lhães Godinho. Ele tinha a audácia de preparar aulas, de aparecer perante os alunos com uma bibliografia actualizada, tinha a extrema audácia de fazer pesquisa científica, de publicar os resultados dessas pesquisas, e crime máximo: teve a ideia de criar Centros de Estudos (Históricos e Filosóficos), onde em colaboração com os alunos procurava fazer pesquisa histórica ou filosófica. Aqui o escândalo foi tal que o Conselho da Faculdade achou que este Professor deveria passar a ser vigiado nas suas aulas pelo Catedrático de História, não fosse ele expor aos alunos matérias demoníacas... Não se submetendo a esta imposição policial, Vitorino de Magalhães Godinho abandonou o edificio carunchoso do Arco a Jesus deixando-o entregue ao seu sono secular. Foi então que um grupo dos seus alunos organizou um curso privado que funcionou durante dois anos na Sociedade de Geografia de Lisboa. Foram seus alunos, ainda no edificio do Arco a Jesus, e depois nestes cursos privados, muitos clandestinos, alguns historiadores portugueses que orçam agora pelos 40.45 anos: Joel Serrão, José Gentil da Silva, Jorge de Macedo, Artur Gusmão, Maria Margarida Brendão o proprio autor destas linhas e outros que merecem outras antípodas, como Rui Grácio ou mercê das contingências da vida e nalguns casos de fados adversos, depois de publicarem trabalhos científicos de valor indiscutível, se

(Continua na Pág. 7)



Democratas portugueses de Montreal realizaram no dia 27 de Março p.p. uma manifestação de protesto contra a onda de terror policial desencadeada pelo fascismo salazarista, desfilando em frente do Consulado de Portugal naquela grande cidade do Canadá. A gravura mostra um aspecto da manifestação com os participantes exibindo cartazes de repudio ao regime que oprime Portugal.

Problemas do Ensino (III)

O Diálogo impossível

VITOR RAMOS

A situação do ensino português, em todos os graus, apresenta aspectos de carácter tão premente que, nos ultimos tempos, o salazarismo não tem podido evitar que surjam algumas manifestações de protesto contra esse estado de coisas, por parte dos elementos mais atingidos. Dessas manifestações as mais evidentes são as que assumem carácter de explosão e a que nos referimos nos dois artigos anteriores: a descida dos estudantes à rua, as vaias ao Reitor, o desforço físico contra esse mesmo Reitor, que mostra o desespero de que se acha possuída a nossa juventude. A única resposta que o Governo pode dar a estas expressões legítimas de protesto dos estudantes, interessados na sua escola, na dignificação da sua cultura, é a prisão, o espancamento, a tortura.

Mas há outros aspectos, menos notórios, que também revelam este aprofundar das questões do ensino à superfície. Ultimamente tem-se verificado em Portugal uma aparente liberalização, que pode enganar observadores menos atentos da situação no nosso país. Trata-se de um fenómeno mais geral de que se podem distinguir os reflexos mais evidentes até pela leitura dos jornais portugueses. Não cabe aqui a análise das implicações deste problema, que, no entanto, achamos dever merecer um estudo sério, pois pode trazer algumas modificações às perspectivas da luta anti-salazarista. O que nos interessa, no plano a que limitamos os nossos artigos, é a repercussão desse fenómeno no campo do ensino.

Fórçado pela pressão da opinião pública a conceder algumas liberdades na apresentação de certas questões, como o ensino, que consideramos de menor importância e talvez de menos perigo para a sua sobrevivência, o governo deixa que aparentemente as colunas dos jornais se abram à expressão do desagrado ou da crítica amena em relação a essas questões.

Não nos iludamos, porém; essas manifestações críticas, que a leitura dos jornais nos revela, não levarão até agora, e cremos que não levarão, ao diálogo que permitiria aclarar verdadeiramente situações e marchar para a solução de problemas. Por enquanto, trata-se apenas de um monólogo ou se quiserem de um diálogo... de surdos.

A prova mais recente da verdade do que dizemos é a forma como se processou a organização do pomposamente chamado Congresso Nacional do Ensino Particular. Programado para o mês de abril, começou a sua preparação num clima inesperadamente auspicioso. Destinado a estudar os problemas relativos ao ensino em geral "tendo em vista as soluções susceptíveis de contribuir para o aperfeiçoamento,

a maior eficiência e o melhor ajustamento às necessidades educativas do país", o Congresso apresentava na pauta dos assuntos a desenvolver, projetos de modificação ou reorganização dos ensinos pre-primário, primário e secundário, de alteração de programas do ensino liceal e do ensino técnico, do magistério primário, do serviço social e do ensino artístico; temas versando a educação física nas escolas, a higiene e a saúde escolar; estudos sobre as condições a que devem satisfazer os edificios escolares, etc.

Como se vê, uma agenda bem organizada e que, dentro das condições de restrição às manifestações de opinião peculiares a Portugal, poderia realmente trazer à discussão alguns dos pontos mais importantes para o ensino. Da Comissão Organizadora do Congresso faziam parte representantes dos proprietários dos Colégios e, naturalmente, dos elementos mais directamente interessados (na ausência de representantes de estudantes, impensável em Portugal), que são os professores.

Logo nas primeiras reuniões aconteceu o inevitável: os vogais representantes do Sindicato Nacional dos Professores, organismo que congrega oficialmente os membros do corpo docente das escolas portuguesas, tiveram que abandonar a preparação do Congresso, depois de constatarem a impossibilidade de discutir verdadeiramente, no âmbito do conclave, os problemas constantes da agenda. O diálogo transformara-se em monólogo, logo que, na verdade, alguém mostrou interesse em ventilar assuntos que dormem há quarenta anos nas pastas. O Congresso vai agora certamente realizar-se, como todas as manifestações deste género em Portugal, com muitas manifestações de regozijo pelo perfeito estado de coisas existentes e com a verificação de que não é preciso mudar nada: tout va pour le mieux dans le meilleur des mondes possible...

Verifica-se, pelo que acabamos de expor, que, além dos estudantes, cuja abnegação e espírito de sacrifício tantas vezes têm sido brutalmente postos à prova, existe em Portugal, nos três graus de ensino, um número apreciável de professores, sobretudo jovens, interessados em renovar a estrutura, em fazer marchar a máquina emperrada. No entanto, se estes elementos sonham com o diálogo profícuo, fatos como o que relatamos vão se encarregando de os chamar à realidade. E cremos que não será abusivo concluir daqui que qualquer diálogo é impossível enquanto se mantiver de pé a estrutura de um regime que há quase quarenta anos vem sistematicamente destruindo o sistema educacional português.

Pela amnistia e contra a repressão

UMA CARTA DE MARIA DA PIEDADE

Maria da Piedade Gomes dos Santos, a patriota cuja libertação das garras da PIDE constituiu uma assinalada vitória do povo português acaba de dirigir uma carta aberta a todos os que participaram, no Interior e Exterior, da comovedora campanha que impediu o Tribunal Plenário de mantê-la presa mais tempo mediante o recurso a novo período de medidas de segurança. E' do seguinte teor essa carta, endereçada a "todos que contribuíram para a minha libertação".

"Queridos amigos: Nem as grossas paredes, nem as fortes grades que me separavam do mundo exterior impediram que, mesmo na cadeia, até mim chegasse o clamor das vossas vozes protestando indignadas contra a injustiça de eu continuar presa.

Foi para mim uma grande alegria saber como milhares e milhares de pessoas do meu país e de muitos outros países se interessam e prestam a sua solidariedade activa à luta pela libertação dos presos políticos portugueses e contra a repressão fascista que se abate sobre o povo português. Isto tocou-me tão profundamente que o meu primeiro pensamento, logo que me vi livre das mãos dos carrascos, foi de, por qualquer forma, poder-vos manifestar a minha gratidão pelo vosso esforço e pelo êxito da vossa luta.

Hoje aqui estou para a todos agradecer a persistência e o ardor que pusestes nesta campanha, permitindo assim antecipar em muito o meu regresso à liberdade, liberdade que a PIDE não desejava como ficou demonstrado quando, tentando sem êxito encarcerar-me de novo, descarregou o seu ódio sobre o meu velho pai, honrado operário vidreiro de 70 anos de idade, que apesar de gravemente doente a polícia política de Salazar não hesitou em prender, do que veio a resultar a sua morte. Este novo crime da PIDE, que tornou bem tristes estes meus primeiros dias de liberdade, veio mostrar uma vez mais de que é capaz a polícia política de Salazar, por ele próprio comandada, e a necessidade de se intensificar a luta contra a repressão e o terror fascistas.

Já em liberdade é que tive possibilidade de saber, em toda a sua extensão, da valiosa contribuição que vindes dando para acabar em Portugal com a camuflada prisão perpetua a que o salazarismo condena os democratas e patriotas que estejam em desacordo com a sua política de fome e terror, e que a ela se pode agradecer termos hoje junto de nós o grande patriota e dirigente da classe operária portuguesa, Manuel Rodrigues da Silva, que o fascismo tanto desejava liquidar. Isto dá-me a certeza de que a vossa ajuda continuará até que as maldadadas "medidas de segurança" sejam de vez abolidas.

Sim, Amigos, os presos políticos precisam mais do que nunca da vossa ajuda. O fascismo continua apostado em pôr fora de combate alguns dos melhores filhos do povo português. Ele prende, mata, tortura e mantém ilegalmente encarcerados todos aqueles que sabe se não desviarão do caminho justo, tal como acontece com Manuel Guedes, José Vitoriano e tantos outros.

A vida nas cadeias torna-se cada dia mais difícil. Em todas elas o ambiente prisional é de tensão constante; castigos por tudo e por nada; interceptação de correspondência ao menor pretexto; assistência médica ministrada por clínicos que, além de incompetentes profissionalmente, tudo nos dizem fazerem parte do corpo da PIDE, razão porque não admira que não estejam interessados em tratar conscienciosamente os presos, o que, como é natural, se reflete no estado de saúde destes. Na sala de Caxias em que me encontrava à data da minha saída (18 de setembro de 1964), e cuja composição era de 15 presos, todas tinham a saúde mais ou menos abalada, havendo mesmo algumas seriamente doentes — como Sofia Ferreira, Julieta Gandara e Fernanda Tomás.

Queridos amigos, os presos políticos portugueses seguem com carinho e sincero reconhecimento as vossas acções em seu auxílio. Se os anos que passei nas cadeias fascistas me dão alguma autoridade para falar em nome dos presos políticos em geral, das companheiras de luta e de cárceres com quem vivi e sofri estes anos de opressão e tortura, dessas mulheres que por tanto amarem a Paz e desejarem

para o seu povo uma vida alegre e feliz, lhes é roubado o direito de estarem junto dos seus entes queridos, em nome dessas eu posso afirmar, sem receio, que é de vós, da luta do povo português e da solidariedade internacional que esperam a sua libertação.

Em meu nome, em nome de todos aqueles que sofrem nas cadeias políticas de Salazar, os meus agradecimentos e o meu apêlo para que as vossas acções e protestos se intensifiquem mais e mais.

Maria da Piedade Gomes dos Santos.

PATRIOTAS CONDENADOS

O Tribunal Plenário Auxiliário, sob a presidência do desembargador Arelo Manso julgou e condenou por "atividades subversivas" os seguintes patriotas:

Henrique Luiz Ramos Pereira da Cunha, em dois anos e seis meses de prisão maior; Luis Victor do Nascimento Pereira Carvalho, em dois anos e dois meses de prisão maior. As famigeradas "medidas de segurança", que equivalem a uma pena de prisão perpetua, foram aplicadas a ambos.

LIBERDADE PARA AIDA PAULA, MANUEL GUEDES E JOSE VITORIANO

Assume proporções mundiais a campanha iniciada pelos democratas portugueses e que visa a obter a libertação de três destacados patriotas encarcerados nos presídios do Estado fascista português: Aida Paula, Manuel Guedes e José Vitoriano. Todos eles, como se sabe, cumpriram há muito tempo as penas em que foram condenados pelos tribunais salazaristas e a PIDE realiza esforços no sentido de que sejam prorrogadas as "medidas de segurança" mercê das quais continuam presos. O caso de Manuel Guedes, que há nove anos deveria ter sido restituído à liberdade, vem impressionando de modo particular a opinião pública internacional, contando-se por centenas as entidades sindicais, estudantis e culturais que dirigiram já apêlos ao "presidente" Tomás pedindo a imediata libertação daquele patriota. Organizações democráticas femininas de todo o mundo vêm, por outro lado, enviando telegramas e abaixo assinados, exigindo a liberdade para Aida Paula. Quanto a José Vitoriano, a circular da Federação Sindical Mundial recomendando a todas as organizações a ela filiadas que se mobilizem para a sua libertação produziu efeito imediato, gerando uma corrente ininterrupta de protestos dirigidos às autoridades fascistas portuguesas.

"Portugal Democrático", que desde o primeiro instante, se integrou nessas patrióticas campanhas, renova aos seus leitores e amigos o apêlo já feito em suas colunas para que escrevam ao "presidente" Américo de Deus Tomás reclamando a libertação imediata de MANUEL GUEDES, AIDA PAULA E JOSE VITORIANO.

Uma iniciativa simples e que se tem revelado igualmente positiva é o envio de recortes nossos sobre a REPRESSÃO a Tomás, aos Ministros da Justiça e do Interior e aos presidentes dos Tribunais Plenários de Lisboa e Porto, acompanhados de algumas palavras de protesto contra o terror policial fascista.

ADVOGADOS CONTRA A REPRESSÃO

Advogados de Lisboa dirigiram uma exposição ao presidente da respectiva Ordem na qual pedem um inquérito às actividades da PIDE e protestam contra a violação dos direitos dos presos sem culpa formada, nomeadamente o direito à assistência do advogado defensor. O Conselho Distrital da Ordem nomeou já uma comissão para estudar o assunto constituída pelos drs. Gonçalves de Castro, Almeida Ribeiro e Paulo Cancela de Abreu. O Conselho aprovou ainda por unanimidade um relatório do dr. Magalhães Godinho contra as "medidas de segurança" e as arbitrariedades policiais.

O ex-ministro da Justiça Cavaleiro Ferreira — criador das "medidas de segurança" — ao ser convidado a assinar a exposição acima referida recusou-se, mas teve a hipocrisia de se declarar preocupado com a criação da Intendência que

autoriza aos agentes a instrução preparatoria e a prisão sem culpa formada. Levou o seu descaro ao ponto de dizer que os jovens advogados deviam utilizar a Ordem para divulgar certos aspectos do Processo Penal que a maioria dos juizes parece desconhecer, como é o caso da instrução preparatoria.

FERNANDO VICENTE

No Paul realizou-se com impressionante acompanhamento, mais de 2.000 pessoas, o funeral de Fernando Vicente, democrata que saíra recentemente das cadeias da PIDE depois de haver passado há anos pelo campo de concentração do Tarrafal. No momento em que um grupo de antigos companheiros do campo da morte lenta desceu o corpo à terra, um deles Borba fez uma breve evocação da vida de lutador de Fernando Vicente prestando comovida homenagem à sua memória.

A IMAGINAÇÃO DA PIDE

Nos últimos tempos a PIDE vem procurando modernizar os seus métodos, de modo a poder infiltrar-se mais facilmente em certos meios sem despertar suspeitas. Assim, para fiscalizar de perto as pessoas que viajam para França, agentes seus, disfarçados de estudantes e fadistas, circulam no Sud Express com ar de pândegos tocando viola e guitarra. Nesses instrumentos escondem potentes aparelhos de gravação e escuta. Usam também isqueiros com máquinas fotograficas.

O disfarce de mendigo, que foi durante algum tempo posto em pratica, terá de ser abandonado, pois toda a gente agora se afasta dos pedintes com visível desconfiança.

As operações de auto-stop continuam a ser desencadeadas, inesperadamente, como meio de intimidação e tentativa de prisão de elementos na clandestinidade. No dia 2 de fevereiro a Guarda Nacional Republicana realizou mais uma no Barreiro. A preocupação fundamental eram os emburlos e a identificação dos passageiros. No café "Terminus", houve uma rusga durante a qual todos os frequentadores foram obrigados a identificar-se e a mostrar os papéis que traziam nos bolsos.

MAIS 91 CONDENAÇÕES

De 10-11-64 a 26-1-65 foram julgadas nos tribunais plenários de Lisboa e Porto um total de 91 pessoas acusadas de "delitos" políticos.

Eis os acusados que sofreram maiores condenações, com "medidas de segurança", para mencionarmos apenas esses: em 19-11-64, Joaquim Dias e sua mulher Custódia Dias foram condenados em Lisboa a 7 anos e 2 anos e 2 meses respectivamente, mais "medidas de segurança"; em 26-11-64, Francisco Jorge, mineiro de Aljustrel, foi condenado em Lisboa a 2 anos e 8 meses, mais "medidas de segurança"; em 6-12-64, em Lisboa, Maria Emília Serra condenada a 3 anos e meio de prisão com "medidas de segurança"; em 17-12-64, em Lisboa, Mário Araujo, mecânico, condenado a 7 anos; António Graça, técnico de laboratório, a 5 anos; Zagalo e Melo, comerciante, a 2 anos e 2 meses; Manuel Ribeiro, pedreiro, a 2 anos e meio e Francisco Valente, sapateiro, a 2 anos, todos com "medidas de segurança"; em 22-12-64 terminou no Porto um julgamento que envolvia 35 pessoas, na maioria operários e empregados de escritório, sendo 29 condenadas a diversas penas de prisão e 6 absolvidas; em 14-1-65, António Figueira, de Aljustrel, condenado a 4 anos de prisão mais "medidas de segurança"; em 26-1-65 Luis Carvalho e António Duarte, ambos engenheiros, foram condenados a 26 e 30 meses de prisão respectivamente, com "medidas de segurança". Outro engenheiro foi condenado a 20 meses de prisão. ("Portuguese and Colonial Bulletin", Londres, fevereiro-março, 1965)

A alimentação — "o rancho", como é designada — muito pouco variada, sem vitaminas (ausência de saladas e couves verdes) e muito pouca carne não chega a atingir 2.000 calorias por dia. Não fora a assistência das famílias e organizações de auxílio aos presos políticos, que angariam subsistências, e estes seriam liquidados à mingua de alimentação conveniente. Apesar deste reforço alimentar — durante longos períodos e como "castigo" os carcereiros proibem muitas vezes a entrada de alimentos — as doenças provocadas por deficiências de alimentação atingem uma grande parte dos presos.

NATAL DO PRESO POLITICO

Do sr. Carvalho Duarte, diretor do jornal "Republica" recebemos uma carta em que acusa o recebimento do cheque de Esc 5.680,00 que lhe enviamos, produto da campanha a favor do "Natal do Preso Político". Aquele destacado democrata informa-nos que a importância foi já distribuída pelas famílias dos presos políticos.

Clamor Mundial: Inquerito em Peniche

Na sinistra Fortaleza de Peniche, Salazar continua a manter encarcerados cerca de 150 patriotas portugueses. Operários, camponeses, empregados, estudantes e intelectuais, oriundos de todas as regiões do país, condenados a penas que somam séculos de prisão e uma boa parte deles sujeitos às famigeradas "medidas de segurança" que equivalem a prisão perpétua, são mantidos em Peniche nas mais duras condições prisionais, que nada ficam a dever às dos campos de concentração.

Com efeito, segundo as ultimas noticias recebidas de Portugal, os presos vivem naquela cadeia uma situação sufocante, sob um clima repressivo que beira ao delírio. Entregues a um facista megalómano, o capitão Manuel da Encarnação Falcão, diretor do presidio, e a um assassino, o chefe dos guardas V. Ramos, — ambos participantes das hordas franquistas durante a guerra civil espanhola, onde o último fez parte dos pelotões de fuzilamento que ceifaram a vida a muitos patriotas espanhóis e portugueses — os presos políticos de Peniche correm permanente risco de vida.

Também alguns guardas, nomeadamente Rosa, Poupá, Lopes, Duarte, Gil e Asdrubal, tomam parte activa nas provocações, insultos e espancamentos dos presos, ameaçando-os de agressão e aplicando castigos sempre que estes invocam a própria lei prisional fascista que manda tratar os presos com "humanidade e justiça".

Vejamos porém como são aplicados pelos carcereiros de Peniche os princípios de "humanidade e justiça" consignados na lei fascista.

Quando o preso é transferido para aquela cadeia, permanece longo tempo — 2 meses e às vezes mais — em regime de "observação". Este regime, que é uma forma de manter incomunicáveis os presos val até ao ponto de não lhes ser permitido o uso do refeitório, fazendo as refeições na própria cela.

Depois deste regime de "observação" — contrário à própria lei que estabelece o direito ao recreio e refeições em comum — uma grande parte dos presos continua ainda isolada, em celas de 4 m², permanecendo completamente sós, por mais de 20 horas diárias, sendo-lhes vedado conservar objetos pessoais, inclusive os indispensáveis à própria higiene. Até o recebimento de livros e a leitura de jornais são proibidos durante meses, como "castigo".

As refeições, tomadas rigorosamente em silêncio, sob permanente e agressiva vigilância dos guardas, que não permitem sequer aos presos trocar uma peça de fruta enviada por suas famílias, constituem uma das formas de que os carcereiros se servem para arruinar a saúde dos presos, muitos deles doentes.

A assistência clínica é, de resto, praticamente inexistente. Está entregue a um velho médico, profundamente ignorante (para quem uma radiografia é uma modernice inútil) o Dr. Bonifácio, que é um fascista empedernido. Não só menospreza as queixas dos presos como consente que homens doentes sejam metidos no "segredo" e não tem sequer uma palavra de reprovação quando os presos lhe mostram as feridas e equimoses resultantes dos espancamentos.

Além deste criminoso fascista, o quadro de assistência médica é completado por um dentista e um enfermeiro, o qual exerce na pratica as funções do médico, uma vez que aquele passa semanas sem pôr os pés no ambulatório da prisão, embora por força do contrato seja obrigado a dar duas consultas

semanais. O enfermeiro, assim feito médico, é um agente secreto da PIDE (polícia politica), que sente o maior prazer em ver sofrer os presos, prolongando desnecessariamente e por processos os mais dolorosos tratamentos de infecções como a furunculose e outras.

Nestas duras condições prisionais, isolados, mal alimentados e sem assistência médica, restaria aos presos um unico conforto, o da visita dos seus familiares, se mesmo esse breve contacto com a vida não tivesse merecido "cuidados" especiais aos seus ferozes carcereiros.

As visitas dos familiares — só consentidas aos parentes em 1.º grau (tios, sobrinhos e primos não podem visitar os parentes presos) — realizam-se num parlatório onde os presos são mantidos separados das famílias por um tabique de vidro e rede que torna difficilissima a audição. Não são permitidas visitas em comum e mesmo nos dias festivos, como Natal, Ano Novo e Páscoa, não é permitido aos presos sentarem-se junto dos seus familiares, abraçarem-nos e beijarem-nos. Nem sequer para os filhos menores — crianças de 2, 3 e 4 anos — é aberta excepção!

O contacto com os advogados, mesmo por correspondência, é vedado aos presos que têm sido impedidos de lhes escrever acerca da situação prisional.

Este quadro de regime prisional cruel e arbitrário é completado com proibições como a de cantar, assoviar ou de os presos se aproximarem das grades das janelas.

Quando os presos reclamam contra estas arbitrariedades são castigados, metidos no "segredo". O "segredo" é um cubiculo com o pavimento encharcado e com a enxerga e mantas completamente molhadas, onde os presos são encerrados, sob um regime de pão e água em dias alternados. Outro castigo é a cela disciplinar, onde os presos são privados de tabaco, livros, jornais e até da própria comida enviada pelas famílias.

Contra esta situação insuportável, contra o regime de terror instaurado na cadeia da Fortaleza de Peniche, têm os presos e suas famílias protestado não só junto da Direcção da cadeia, mas também junto da Direcção Geral dos Serviços Prisionais (D. G. S. P.) e do Ministro da Justiça.

Em resposta às reclamações dos presos e familiares, apoiadas por todo o povo português, as autoridades respondem com novos castigos, espancamentos e ameaças de morte e de deportação para um campo de concentração. Em maio último os presos de Peniche foram castigados colectivamente (detenção na própria cela, privação de visitas e encomendas das famílias por 2 meses e meio, e privação de leituras, correspondência, tabaco e relógio por um mês).

No dia 7 de junho, quando as famílias dos presos se preparavam para os visitar e apresentar aos carcereiros as suas reivindicações, foram brutalmente impedidas de se aproximar da Fortaleza pelas brigadas da PIDE e pelas forças da P. S. P. Simultaneamente, no interior da prisão, e como os presos gritassem contra as violências que lá fora se cometiam contra os seus familiares, as celas e salas eram invadidas e alguns dos presos brutalmente espancados pelos guardas. Os presos Dias Lourenço, José Carlos, Diogo Velez, ficaram inanimados e outros, como Carlos Brito, Alberto Lindolfo, Joaquim Carreira, José Rolim Vilela, Casquinha, Razer e Adelino Pereira com extensas equimoses.

Tais violências foram cometidas sem que tivessem sido observadas as condições em que a própria lei fascista admite o uso da força pelos carcereiros — não houve prévia admoestação, nem os presos foram submetidos a qualquer acto de resistência ou reacção violenta — constituindo portanto uma ilegalidade que deve merecer dos juristas de Portugal e de todo o mundo a mais forte condenação.

E os protestos dos juristas e suas organizações nacionais e internacionais assim como de todos os homens honrados, são tanto mais necessários no quanto sabe-se agora, aqueles brutais espancamentos não foram obra apenas do diretor da prisão, Capitão Manuel da Encar-

(Cont. na pág. 7)

PORTUGAL DEMOCRATICO

A MORTE DE DELGADO A Auto-Defesa de Massas

J. LOPES MENDES

(Conclusão da 1.ª pag.)

Luízes de São Paulo realizaram uma reunião durante a qual se decidiu que a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa enviaria a Salazar e Franco telegramas responsabilizando-os pela morte do ex-candidato à Presidência da República Portuguesa.

E do seguinte teor o telegrama remetido ao ditador português: Antonio Oliveira Salazar, palácio de São Bento, Lisboa: Interpretando o sentimento de indignação dos democratas portugueses do Brasil ante o covarde assassinio político do general Delgado, perpetrado em colaboração com a ditadura franquista, os signatários vem responsabilizar a sua pessoa e lembrar que na hora da libertação de Portugal terá de responder com os seus carrascos da PIDE da barra dos tribunais democráticos pela monstruosa eliminação do grande patriota a qual se vem juntar a centenas de crimes semelhantes.

Pela Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa: Ruy Gomes, ex-candidato a presidência da República; João Sarmento Pimentel, oficial do Exército e escritor; José Morgado, professor universitário; Antonio Bidarra Fonseca, empregado de comércio; Joaquim Barradas de Carvalho, professor universitário; Victor Ramos, professor universitário; Miguel Urbano Rodrigues, jornalista.

Ao ditador Franco foi enviado o seguinte telegrama:

Francisco Franco, Palacio del Pardo, Madrid: Interpretando o sentimento de indignação dos democratas portugueses do Brasil ante o covarde assassinio político do general Delgado, perpetrado pela PIDE com a colaboração da policia politica franquista, os signatários responsabilizam a sua pessoa e lembram que na hora da libertação de Espanha, o nobre povo espanhol, nosso irmão, fará a certamente responder por mais este monstruoso crime".

O Obscurantismo Salazarista...

Continuação da pag. 5

desviaram para outras actividades, como Mário Soares, Fernando Pereira Santos, e outros mais. Impossibilitado de viver em Portugal, Vitorino de Magalhães Godinho aceitou em 1947 uma bolsa de estudo das Relações Culturais do Ministério dos Negocios Estrangeiros da França, e segue para Paris. Um ano depois entrava como investigador no "Centre National de la Recherche Scientifique" em Paris, onde permanece até 1958, ano em que, com a máxima classificação lhe é atribuído, em provas publicas, o titulo de Doutor em Letras pela Sorbonne. Entretanto tinha conquistado, também em Paris, o titulo de Aluno Diplomado pela Escola de Altos Estudos da Universidade de Paris. Mercê destes titulos e também de uma obra notavel, das mais importantes de toda a história da historiografia portuguesa, é convidado a ocupar em Lisboa o lugar de Professor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. (O Governo fascista e colonialista de Salazar tinha no momento necessidade de alguns nomes de prestigio internacional para o antigo Instituto Superior Colonial, e agora Instituto Superior de Estudos Ultramarinos). Mas, mais uma vez os fados iam ser adversos a Vitorino de Magalhães Godinho. Em 1962 surge a grande greve dos estudantes da Universidade de Lisboa. Cónscio das suas responsabilidades como Professor da mesma Universidade, escreve uma carta pessoal ao então Director interino da sua Escola sugerindo uma reunião do Conselho do Instituto de molde a serem discutidos os graves problemas ligados à greve académica. Esta carta pessoal era encimada por "Meu caro Director", e terminava: "Cumprimenta-o o seu amigo dedicado". Mas essa "grande figura moral" que é o Padre Silva Rego (Director interino no momento), resolve, com um zelo digno de agente da PIDE, fazer seguir a carta pessoal para o Ministro da chamada Educação Nacional Professor Manuel Lopes de Almeida. Daí a demissão de Vitorino de Magalhães Godinho. Dois recursos assinados por seu irmão, o advogado José Magalhães Godinho, embora irrefutáveis da primeira à última palavra, de nada valeram Vitorino de Magalhães Godinho era vítima, pela segunda vez, do ódio à cultura e à investigação científica por parte das autoridades fascistas, e também do ódio dessas mesmas autoridades à família Barbosa de Magalhães. As perseguições do fascismo salazarista incidem frequentemente sobre famílias inteiras, estando anexas por determinar até que grau de parentesco a perseguição se exerce. Um tio de Vitorino de Magalhães Godinho, o Professor Barbosa de Magalhães, Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, foi há anos demitido das suas funções por motivo de opinião; seu irmão, o advogado José de Magalhães Godinho, conheceu por mais de uma vez as prisões salazaristas, desde a Penitenciária de Lisboa, ao Aljube, ao Forte de Cascais; seu primo, Vasco de Magalhães Vilhena, foi também "atastado" de um lugar de Professor Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vindo desde 1946 em Paris, como pesquisador do "Centre National de la Recherche Scientifique", e sendo alem de Doutor em Letras pela Sorbonne, um dos maiores especialistas mundiais da História da Filosofia Grega.

No artigo A NOVA FASE DA LUTA (11) afirmámos que já existiam em Portugal condições para levar a efeito acções ofensivas e de auto-defesa contra a ditadura de Salazar, pois esta, ao descarregar impiedosamente sobre o povo o terrorismo estatal mais furibundo, vedava o diálogo e a convivência entre governantes e governados. Não dissemos nada de novo. Muitos o fizeram antes. E inclusive não se limitaram a dizê-lo — realizaram, de fato, operações ofensivas violentas contra a ditadura, desde a acção directa terrorista à conspiração militar. Não era no entanto, evidentemente, a acção desta natureza que nos queríamos referir: nesse artigo, ao assinalarmos que, nas condições presentes, são viáveis e necessários atos de força contra a força e prepotência fascistas, dado que o Povo e a Oposição portuguesa democrática tudo fizeram para encontrar caminhos legais e pacíficos para resolver o problema político português, queríamos frizar duas coisas: a legitimidade política e estratégica do recurso à violência contra a ditadura e a necessidade de utilizar e afectar certas acções que consideramos objectiva e historicamente justas.

Referimo-nos concretamente a determinados tipos de luta, ligados intimamente ao processo revolucionário, que podem revestir, segundo os casos, aspectos operativos não pacíficos, violentos e armados, directamente encaminhados a atingir o aparelho repressivo e de guerra do Estado Fascista e a preservar a pessoa física dos militantes, dos activistas, das organizações e das massas.

Creemos que tais acções táticas, na medida em que se desenvolvam no marco adequado, poderão contribuir poderosamente para fortalecer o movimento anti-fascista, estimular o processo de radicalização das massas e criar condições e quadros para futuras e superiores operações ofensivas.

Alguns opositores portugueses, influenciados talvez pelas condições objectivas favoráveis, internas e externas, quando falam da via não pacífica ligam-na geralmente a alguma variedade de sublevação militar isolada e nem sempre ao levantamento popular armado como sequencia natural e superior da luta de massas. O que, diga-se de passagem, são coisas bem diferentes.

De todos os modos julgamos plenamente justificada e plausível a defesa da via não pacífica e da insurreição nas suas diversas formas, depois de 4 décadas de opressão fascista. E é em face dessa diversidade que, nesta altura, reputamos também conveniente e oportuno precisar quais são, a final de contas, as formas de violência revolucionária válidas e adequadas para Portugal na etapa actual da revolução. E definidas estas pelo movimento unitário, procurar pô-las em prática corajosamente quando necessário e de acordo às circunstâncias. Paraphraseando a feliz expressão dum grande teórico e dirigente da Oposição portuguesa — "É necessário trabalhar para que o momento justo não nos escape." — "Um dia antes pode ser demasiado cedo mas um dia depois, demasiado tarde." Demasiado cedo terá remédio. Demasiado tarde, não.

Seremos autênticos revolucionários se formos simultaneamente realistas e imaginosos, prudentes e audazes. Se lo-emos tanto mais na medida em que soubermos harmonizar com sentido criador os nossos pensamentos e conhecimentos com os ditames da vida, com as coordenadas reais, com as possibilidades concretas. E agir em consciência transformando-os, transformando-nos e transformando as coisas.

Queremos acentuar: somos partidários de acções de caracter violento, segundo os casos e circunstâncias, onde existam nítidas condições propícias — mas não o somos se essas condições são remotas ou não existem.

Isto explica porque, incluindo-nos no número dos partidários da luta armada, não cremos porém viva actualmente uma verdadeira situação revolucionária em Portugal que possibilite o início imediato do levantamento armado. Acreditamos, isso sim, que sejam já possíveis e desejáveis certas acções violentas e ofensivas que servirão de forte incentivo para acelerar precisamente a conjuntura que nos conduzirá a uma situação revolucionária — e entre essas acções, especificamente, a auto-defesa de massas.

A auto-defesa de massas em Portugal, a deduzir pelos numerosos fatos do nosso conhecimento, tomará provavelmente uma conformação intermédia, mista, ora pacífica, ora violenta, consoante o momento e os lugares. Desde já apresenta-se-nos perfeitamente enquadrada no processo revolucionário português não só por ser uma réplica natural contra a violência e as arbitrariedades do Estado Fascista, em termos logísticos e políticos, como, essencialmente, porque, de facto, foi e está sendo praticada pelo povo independentemente da nossa vontade — pelos operários e camponeses na Marinha Grande, Grândola, Monte-morovo, Almada, Aljustrel, Alpiarça, Alcácer do Sal, Ermidas, Covilhã, Herdade do Rio Frio, Lisboa; — pelos soldados, em Lisboa — no cais do porto, Hospital da Estrela, Cavalaria 1, Regimento de Telegrafistas, Caçadores 5; nas estações ferroviárias do Porto e de Castelo Branco; na Artilharia 2 de Guala. Escola Prática de Engenharia de Tancos; Cavalaria 8 de Castelo Branco, 3.º pelotão da 3.ª Companhia, Fortaleza de S. Miguel, Luanda, etc., etc. — embora ainda de maneira embrionária, imprecisa, desarticulada e espontânea. Cabe destacar particularmente, não obstante a sua índole especial, as fuzas de Peniche e Cascais, e as incidências coadjuvantes e seguintes.

No decurso dos anos 1962/63, nomeadamente durante as lutas de Abril e Maio, tornou-se notório o aparecimento e desenvolvimento espontâneo de novas modalidades de acção popular e por conseguinte a urgência da sua ulterior metodização e estruturação.

A nosso ver, é agora necessário imprimir a estas lutas de novo tipo um ritmo sistemático e um conteúdo político e tático mais precisos — amplitude, organização e direcção.

A auto-defesa de massas bem encarrada e compreendida está na ordem do dia em Portugal por constituir uma exigência imposta pelo terror repressivo, pelos limites de decomposição do Estado, (revoltas nos quartéis defecções, criação da O.P. no próprio seio do exército), pela crise interna e a guerra colonial; por representar efectivamente um instrumento tradicional, uma prolongação e um esboço da luta de massas nos países ultra-reacionários altamente policiados e por servir-nos, também, de avanço no momento em que no seio da PPLN se esboçam choques, divergências, que somente poderão atenuar-se ou diluir-se através da acção revolucionária.

A auto-defesa de massas continuará desenvolvendo-se dia a dia no fragor das lutas populares e na resistência dos soldados contra a guerra. Pela sua raiz e origem eminentemente popular e revolucionária pode limar muitas diferenças táticas existentes na Oposição democrática portuguesa e transformar-se, a curto prazo, num elemento aglutinador e dinâmico da Frente comum anti-fascista; numa poderosa arma das lutas reivindicativas e políticas e no êmbolo propulsor de novas e superiores formas de organização, resistência e combate.

Uma situação revolucionária não se inventa nem se improvisa ao compasso das nossas preferências e anseios. É muito certo. Mas também ninguém pode duvidar hoje que toda a situação objectiva ligada ao devenir histórico é susceptível de ser demorada e acelerada por processos e acções conscientes, por estímulos subjectivos de origem negativa ou positiva, tanto internos como externos. A história moderna, a luta dos povos oprimidos, o vertiginoso processo de descolonização, dão-nos exemplos da importância dos estímulos subjectivos e da sua influência no fluir histórico. Isto também é verdade.

Compete às correntes oposicionistas portuguesas democráticas, à Frente Patriótica, aos partidos, à vanguarda revolucionária, compulсар os contornos e fluxos dos movimentos e aspirações das massas, da sua disposição e forças; das particularidades e orientação das incidências cotidianas mais diversas verificadas no perimetro nacional e dos bruscos saltos qualitativos originados pelas lutas, experiências e acumulação de energias revolucionárias próprias e alheias, pela dinâmica geral do desenvolvimento histórico. E adoptar rapidamente e com audácia, medidas táticas e de organização de acordo com as alternativas da época do momento, embora muitas vezes, sem êxito e cometendo erros. Pois, ao contrário do que muitos

pensam, a história não se repete; e oportunidade não convenientemente aproveitada, é oportunidade perdida. A linha da evolução não avança em linha recta, em moldes esquemáticos e com precisão aritmética. Observam-se nela avanços e recuos, derrotas e vitórias, erros e acertos. Em Portugal no momento presente, a par das lutas reivindicativas, está soando a hora da passagem a um ciclo revolucionário que passa pelo enfrentar das massas populares contra o rigór repressivo e as causas e consequências da guerra colonial. Por estas e outras razões, tudo parece indicar que a auto-defesa de massas corresponde objectivamente às exigências decorrentes das condições actuais da luta em Portugal, por outra parte tese referendada nas I, II e III Conferências da FPLN. A ser assim, caberá à auto-defesa de massas um papel importante nas futuras lutas do povo português.

JUNTA PATRIOTICA PORTUGUESA DA VENEZUELA

Na sede da Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, em Caracas, realizou-se em Fevereiro p.p. a assembleia geral anual para a eleição dos novos corpos directivos daquela patriótica entidade. A direcção para 1965 ficou assim constituída: secretário geral, Antonio Gomes da Silva; primeiro e segundo secretários, José da Costa Lopes e Ricardo Lisboa; primeiro secretário de Finanças, Francisco de Oliveira Manarte; primeiro e segundo secretários de Propaganda, Joaquim Lisboa e Rubem de Sousa; primeiro e segundo secretários de Relações Públicas, Augusto Bernardo e João Lopes. No domingo seguinte à eleição, após a posse dos novos directores realizou-se um acto comemorativo da passagem do 6.º aniversário da fundação da Junta.

CLAMOR MUNDIAL...

Conclusão da pag. anterior

nação Falcão e do chefe dos guardas V. Ramos, os dois verougos que permanentemente e directamente perseguem e martizam os patriotas encarcerados em Peniche. Com efeito, há igdas as indicações de que os espancamentos de 7 de Junho e os castigos a seguir impostos aos presos de Peniche foram superiormente comandados pelo proprio Ministro da Justiça de Salazar, o fascista Antunes Varela e seus funcionários superiores da D. G. S. P.. Entre estes destaca-se o inspetor Orbilho Barbas que não esconde seu odio aos presos e não se peja de louvar a "inteligência" do assassino V. Ramos, chefe dos guardas, e de incentivar os subordinados à violência, chegando a ameaçar os presos com o emprego das armas e a deportação.

É a homens como Orbilho Barbas que Salazar e seu Ministro da Justiça confiam a tarefa de dirigir e inspecionar (!) os servicos e estabelecimentos prisionais, de defender a vida e integridade física dos presos, de fazer prevalecer os regulamentos prisionais contra criminosos da tempera do Capitão Falcão e chefe dos guardas V. Ramos.

Não admira portanto que os pedidos de inquérito à cadeia de Peniche, reclamado pelos presos, familiares e advogados tenham sido sistematicamente recusados pelo Ministro da Justiça e seus subalternos da D. G. S. P. a quem esses pedidos têm sido dirigidos.

Para fazer recuar o governo de Salazar dos seus desígnios repressivos e terroristas de que são primeiras vítimas os presos políticos portugueses, é hoje mais do que nunca indispensável que se alarguem e intensifiquem as pressões exercidas pelas forças progressistas internacionais, pelas organizações humanitárias, por todos os democratas e homens honrados.

Cada brado de protesto que se segue no estrangeiro contra a repressão fascista é uma vitória, cada carta ou telegrama que chega as autoridades portuguesas, protestando contra o terror policial, um gesto que os presos e os anti-fascistas portugueses não esquecem.

Urge que a voz da opinião publica internacional, que nunca negou solidariedade aos anti-fascistas portugueses, cuja causa é a da liberdade e da dignidade humana se faça ouvir mais uma vez exigindo das autoridades um tratamento humano para todos os presos políticos em inquérito às condições prisionais da cadeia da Fortaleza de Peniche e a libertação de todos os portugueses, detidos por motivos políticos.

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura
SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 - 1.º

CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67.

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141.

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores 26 — Rio Grande do Sul.

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas - R. Grande do Sul

INGLATERRA: British Committee 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

HOLANDA:
ANGOLA COMITE — Vinkensstraat 15 — Amsterdam - C.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário

A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. Apt.1
Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas.

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 1.228, Distrito 5 — Montevideo.

CHECOSLOVÁQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Praha.

FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" 29, rue St. André des Arts. Paris — 6.º eme.

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo.

EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
sábados: das 15 às 19 horas.
Número avulso: Cr\$ 50
Assinatura anual Cr\$ 1.500
Ano IX - N.º 94 - Maio - 65
Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Lutas Populares

LISBOA (Do Correspondente) — O mês de abril foi marcado pela imensa amplitude assumida de Norte a Sul do País pelas lutas reivindicativas da classe operária. Não houve por assim dizer setor que permanecesse à margem do movimento, numa demonstração de combatividade dos trabalhadores portugueses que justifica as esperanças de que a jornada do 1.º de Maio se transforme numa grande manifestação de protesto contra o fascismo.

Seria, portanto, erróneo pensar que todos os participantes dessas pequenas e grandes lutas têm idêntica consciência da sua importância e objetivos. É evidente que só uma minoria de dirigentes, mais lucida, possui a visão correcta da situação, não desconhecendo que toda luta em prol de reivindicações se transforma em Portugal num combate político. Mas o simples facto de a maioria dos trabalhadores participar dessas campanhas, sabendo antecipadamente que se expõe a uma feroz repressão, prova que o ascenso do movimento de massas é uma bela realidade, surgindo como o resultado do intenso trabalho desenvolvido com a criação de comissões de unidade em milhares de empresas.

Fazemos abaixo referência a algumas dessas lutas, e a outras ocorridas nos meses anteriores:

GRANDOLA — O povo desta vila deu uma demonstração convincente do seu espírito de luta por ocasião da homenagem ao governador Civil de Setúbal de que deviam participar todos os municípios do Distrito. O presidente da Câmara Municipal, avisado das disposições populares, resolveu reduzir ao mínimo a presença grandolense, enviando apenas duas camionetas, desculpando-se com o mau tempo. Mas numa delas só seguiu a banda de música, e na outra funcionários camarários e elementos das juntas de freguesia. Nas vésperas do dia da festa as estradas e os muros do campo de futebol apareceram cobertos de inscrições: Eis algumas delas: "Deixemo-nos de festas!", "Vivam os estudantes universitários!", "O povo de Grandola anota a luta dos estudantes", "Abaixo a guerra colonial!", "Liberdade para Manuel Guedes". Esta foi a resposta dos grandolenses às "festas" organizadas pelas autoridades fascistas.

Simultaneamente grupos de mulheres dirigiram-se à Câmara Municipal para protestar contra o aumento do custo da água, e contra medida que obriga todos os consumidores a pagarem um mínimo mensal de oito metros cúbicos, apesar de alguns nem meio gastarem.

"O MOTIM" — No meio teatral de Lisboa lavra a maior indignação devido à atitude da Censura proibindo a peça "O Motim". Escrita há cinco anos sobre um motivo do século passado, a referida peça era pela sua temática tão actual que o público imediatamente a relacionou com o presente. Um dia após a estreia, a Companhia do Teatro Nacional recebeu a ordem de suspensão! Soube-se depois que vários ministros, convidados para assistir à estreia, comentavam, escandalizados, ao intervalo: "Mas então foi para isto que demos o nosso dinheiro?" referindo-se aos subsídios que a Companhia recebe do Estado.

MOTORISTAS DA C. M. L. — 50 motoristas da Câmara Municipal de Lisboa fizeram recentemente uma greve. Às 11 da manhã, nesse dia, o lixo ainda estava às portas em plena Baixa. A Polícia interveio e prendeu alguns motoristas, mas todas as ameaças foram impotentes para os fazer trabalhar. Parece que o motivo da paragem foi um aumento nos descontos mensais.

SIC — Na empresa corticeira SIC, no Barreiro, os operários vlnham há muito sendo ameaçados de serem despedidos pelos motivos mais futeis. Por engano, o patrão pagou o feriado de 8 de Dezembro, mas depois quis forçar o pessoal a fazer horas extraordinárias gratuitamente, como compensação. Os operários recusaram-se a atender a descabida exigência e tomaram mesmo a deliberação de pedir aumento de salários. O dono da fábrica respondeu-lhes que "só por decreto do Governo". O movimento acabou, contudo, por

sair vitorioso. Ante a ameaça de greve, o energumeno, amaldiçoando o pessoal, viu-se obrigado a conceder um aumento de tres escudos diários.

AMADORA — Para compensar os feriados, a gerência da firma "Alfredo Alves" pretendia que o pessoal trabalhasse mais 15 minutos por dia. Na secção de serralheria civil, os trabalhadores recusaram na totalidade. Ante nova insistência, nova recusa. Os operários foram então chamados à presença de um engenheiro que procurou ludibriá-los com a promessa de que receberiam os 15 minutos com o aumento de 50% logo que a lei sobre pagamento de feriados fosse aprovada. Por falta de unidade, o pessoal da secção de fundição aceitou.

CARCAVELOS — Um polícia local, ao passar na povoação do Arneiro, vendo que um casal construía um muro à volta da sua casa, intimou marido e mulher a deixarem tudo abaixo, pois não haviam pedido autorização. A mulher respondeu-lhe prontamente: "ainda vocês chamam terroristas às populações das colónias. Terroristas são vocês!". O polícia, de nome Sousa, voltou dias depois e, notando que só faltava pôr o telhado na casa nova que surgira, chamou outros agentes da PSP e alguns trabalhadores da Câmara de Oeiras para fazer executar a sua ameaça. A mulher, porém, resistiu e os trabalhadores recusaram-se a destruir a casa, enquanto a mulher não saísse. O escândalo foi tal que minutos depois, mais de 200 pessoas estavam reunidas no local. Chegou depois o marido, teve uma troca de palavras azedas com o energumeno da Polícia, e recebeu deste voz de prisão. O clamor popular foi de tal ordem que os polícias se amedrontaram e puseram o homem em liberdade.

SOREFAME — Os operários desta importante empresa vêm fazendo "cêra" como protesto contra os salários irrisórios que lhes são pagos, e a ausência de promoções. A administração, adota nas relações com os trabalhadores métodos nazis. Os operários não podem, por exemplo, utilizar o refeitório, a menos que dispam o fato de macaco e enverguem outra roupa. A produção vem diminuindo em consequência da "cêra".

ALHOS VEDROS — A revolta da população local contra os dirigentes da fábrica FEX, empresa americana que produz camisas e batas para exportação, assume proporções cada vez maiores. Na fábrica trabalham mais de 200 mulheres, na sua maioria menores e os salários são baixíssimos, de 12 a 15 escudos em média, não ultrapassando os mais altos os 20 escudos. O ritmo de produção exigido do pessoal é insuportável. Chega-se a exigir das empregadas 7.000 casas para botões por dia! Os capatazes respondem hipocritamente às reclamações com a promessa de que os patrões pagarão melhor quando tiverem pago as máquinas, o sentimento antinorteamericano é muito vivo na população em consequência do espectáculo diário de tantos "benefícios" do capital U. S. A.

BENAVILA — O povo desta terra deu recentemente uma grande lição de unidade e combatividade durante um jogo de futebol entre a equipe local e um grupo da FNAT. Como o árbitro houvesse insultado a assistência por várias vezes, algumas mulheres, no final, deram-lhe uma sova. Um cabo da G. N. R. interveio com modos arrogantes ameaçando prender toda a gente. Em vez de se amedrontarem, as mulheres deram-lhe também uma sova. Em dado momento começou a gritar que ia disparar, mas apenas despertou risos, pois havia perdido as balas. Ordenou então às praças que fizessem "fogo" contra o povo, mas os soldados não se mexeram, respondendo-lhe: "Faça você, julga que eles são alguns coelhos, ou que?"

DIVERSAS — Em Portimão, os trabalhadores da construção civil obtiveram cinco escudos de aumento de salário. No Lavre os trabalhadores desempregados concentraram-se na Casa do Povo, exigindo trabalho. No Barreiro, devido ao encerramento de cinco fábricas, foram lançados no desemprego mais de 700 operários.



HOMENAGEM A UMA PATRIOTA

Nada menos de cinco mil pessoas — mais de metade da população local — acompanharam em Alpiarça o funeral de Maria Albertina, uma jovem democrata, morta na clandestinidade onde lutava há anos contra o regime objecto que escraviza o povo português. Em circunstâncias normais, a sua vida poderia talvez ter sido salva, com o ataque a tempo à doença que a atingiu. Não se poupavam os seus companheiros de luta a esforços e riscos para impedir o desfecho fatal. Graças à colaboração de inúmeros patriotas foi mesmo possível interná-la finalmente no Hospital de Santa Maria onde veio a falecer. Com 26 anos. Na flôr da vida! Lutando contra o fascismo.

Alpiarça, sua terra natal, apesar das ameaças da PIDE — que realizou várias prisões — prestou-lhe uma última e comovedora homenagem comparecendo em massa ao funeral que se transformou assim numa manifestação popular contra o regime. A nossa gravura reproduz um aspecto desse enterro-desafio.

Ultima Hora

Aida Paula e Manuel Guedes postos em liberdade

LISBOA (Do Correspondente) — Os patriotas portugueses, em plena mobilização para a jornada de luta do 1.º de Maio, acabam de alcançar uma vitória de extraordinário significado: o governo fascista libertou dois dos presos políticos cujos nomes se haviam transformado numa bandeira de combate à repressão: Aida Paula e Manuel Guedes.

A decisão referente a Aida Paula era de certo modo

esperada, mas outro tanto não acontecia em relação a Manuel Guedes, pois o tribunal plenário havia recentemente decidido dar acolhida ao parecer do diretor da PIDE que propunha a prorrogação das «medidas de segurança» para aquele patriota. Vale a pena transcrever o parágrafo final dessa vergonhosa sentença:

«Efectivamente, o réu, através de raciocínios dúbios, subtis, que ora restringe para logo de-

Os portugueses do Brasil e o assassinio de Delgado

A propósito da morte do general Delgado a UDP distribuiu à imprensa dia 29 de abril o seguinte comunicado:

A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, ao responsabilizar perante a opinião pública brasileira as ditaduras de Salazar e Franco pelo assassinio do general Humberto Delgado e da sua secretária,

DENUNCIA a atitude do governo espanhol ordenando precipitadamente — 24 horas após a descoberta — a inumeração dos corpos no cemitério de Villanueva del Fresno. Esse gesto, contrário a todas as normas, prova que as autoridades de Madrid não têm, em desmentido ao que afirmam, o menor propósito de esclarecer as circunstâncias em que foi perpetrado o monstruoso crime.

LEMBRA que as sepulturas em que foram achados os cadáveres haviam sido, segundo o noticiário das agências internacionais, previamente abertas e revestidas de cal. Indício de premeditação do crime e da cumplicidade das autoridades espanholas.

SALIENTA a importância das declarações feitas no Rio de Janeiro pelos irmãos da secretária do general, segundo, as quais o postal recebido de Badajoz com a data de 13 de Fevereiro significaria, de acordo com o combinado, que ambos teriam já entrado em Portugal, cabendo a expedição a uma pessoa amiga. O general teria assim atravessado a fronteira, sendo preso e possivelmente assassinado em seu próprio país.

ACENTUA a necessidade urgente de se forçarem — mediante uma campanha internacional — os governos de Lisboa e Madrid a proceder à autopsia dos corpos para serem determinadas as circunstân-

cias exatas em que se verificou a morte de ambas as vítimas e a data aproximada da mesma. A medicina moderna dispõe de recursos suficientes para encontrar a resposta a uma série de perguntas perturbadoras que neste momento são formuladas a respeito em todo o mundo. Os problemas da data e do local do crime são particularmente importantes e a autopsia pode contribuir decisivamente para a sua solução.

APELA para os sentimentos de solidariedade do povo democrático do Brasil e, certa deles, pede e agradece a todas as associações de classe e entidades culturais, estudantis e sindicais que se dirijam aos governos de Portugal e Espanha ou aos seus representantes diplomáticos, protestando contra o bárbaro assassinio político e exigindo que se proceda à **IMEDIATA AUTOPSIA** dos corpos — sob a fiscalização de cientistas a indicar pela Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas — e ao posterior sepultamento do general Humberto Delgado em terra portuguesa.

REPELE com o desprezo que elas merecem todas as insinuações vindas a pública de que o general poderia ter sido vítima de elementos da oposição democrática portuguesa.

A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa

Ruy Luiz Gomes, ex-candidato à Presidência da República e prof. universitário; João Sarmento Pimentel, oficial do Exército e escritor; José Morgado, professor universitário; Joaquim Barradas de Carvalho, professor universitário; Miguel Urbano Rodrigues, jornalista; António Bidarra Fonseca, empregado de comércio; Alexandre Pereira, industrial; Vítor Ramos, professor universitário.

Militares Mortos Na Guerra Colonial

Publicamos abaixo os nomes de mais alguns militares mortos nas guerras coloniais em que se acha envolvido, contra os seus interesses, o povo português:

GUINÉ — alferes Antonio Angelino Teixeira Xavier, furriel Domingos Moreira Leite, primeiro-cabo Avelino Martins Antonio, soldado José Maximiano Duarte, furriel Alvaro Vilhena de Mesquita, soldado Antonio da Graça Viegas, soldado José Vieira da Cruz, alferes Martinho Gramucha Marques, soldado José Caneça Nogueira, furriel Silverio Galvão Nogueira, primeiro cabo Leonel Guerreiro, primeiros cabos Arlindo Cardoso e João Machado e Antonio José Patronilho Ferreira, Antonio Felix Alberto, João da Costa, Joaquim Gonçalves Monteiro, Antonio Ferreira Baptista e Antonio Maria Ferreira, todos soldados.

ANGOLA — soldado Francisco Martinho Ramires e primeiro cabo Tomás dos Anjos Nobre.

pois ampliar, só visa confundir e adaptar-se às circunstâncias, sem nada de facto alhear da sua posição e fins políticos, não tendo qualquer propósito de cumprir o que as suas falaciosas palavras, por vezes, aparentemente, revelam. Em síntese: o réu foi e continua a ser assaz perigoso, não merecendo o benefício da liberdade condicional, que só para fins inconcessos pretende obter. Perante o exposto, tendo em atenção o requerido, prorrogo por mais três anos, a contar do dia dezanove do mês em curso, a medida de segurança de internamento ao réu Manuel Guedes, nos termos dos artigos sétimo do Decreto lei n.º 40.550 e 120 do Cód. Penal, Notifique-se. Comunique-se à PIDE».

E, contudo, Manuel Guedes já se encontra em liberdade. Ante a pressão do povo português e da onda crescente de protestos chegados do estrangeiro, o governo fascista viu-se coagido a voltar atrás e a abrir as portas dos seus presídios ao homem que pretendia manter encarcerado.

A grande vitória alcançada, ao confirmar a importância histórica das campanhas em favor da amnistia, constitui um incentivo para que todos os esforços no interior e no exterior se concentrem agora num objetivo: a obtenção da liberdade para **JOSE VITORIANO!**

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Cruz, Purlado, 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes